

ATA

N.º 03/2022

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
29 de junho de 2022**

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2022:

---Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Ródrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, com a fundamentação da situação excecional provocada pela pandemia de Covid-19 e as orientações legislativas e as diretrizes das autoridades de saúde, bem como o princípio da boa administração e os termos da previsão legal constante do artigo 2º da Lei nº 1-A/2021, de 13 de janeiro, que procede à alteração do artigo 3º da Lei nº 1-A/2020, de 19 de março, sob a presidência de Carlos Manuel Pires Martins da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal.-----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, Otilio Silva Hipólito e Jaqueline Casado Afonso Areias.-----

---Para além dos membros da Mesa encontravam-se presentes os seguintes membros:-----

Tito Alfredo Evangelista e Sá,
António José Pereira Morgado,
Celestino Cubelo Morais,
Marta Margarida Silva de Carvalho Viana, em substituição de João Carlos Fraga de Oliveira Martins,
Sara Filipa Gonçalves Herdeiro,
José Manuel Cruz Silva,
Anabela Solinho Martins,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Sandra Patrícia de Sá Gomes,
Baltazar Almeida da Costa,
Domingos José da Cruz Carvalho,
Francisco Manuel Guimarães de Melo,
Paulo Fernando Ferreira Teixeira,
Mariana Gonçalves Viana,
Virgínio Isidro Martins de Sá, em substituição de Ilídio Morais Rodrigues,
Manuel Marcelino Correia da Silva Cunha,
Armando Luís Lopes Martins,
Manuel José Sampaio Viana,
Vitor Manuel Queirós Quintão,
Eduardo Oliveira Maia,
Mário Pires de Boaventura,
Valdemar Mota de Faria,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães e
Mário Ferreira Fernandes.

---Sendo 20 horas e 40 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento

da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:

Artur Guilherme Lima Souto Emílio
Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger,
Luís António Sequeira Peixoto,
António Sérgio Moreira Mano,
Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa, e
Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar.-----

Verificou-se a ausência do deputado municipal José Maria Losa Esteves.-----

---Não compareceu inicialmente o deputado municipal Manuel Fernando Lima de Meira Torres, tendo chegado pelas vinte horas e cinquenta minutos.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por saudar os Senhores membros da Assembleia Municipal, incluindo os Senhores Presidentes de Junta, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, as pessoas que estavam a prestar apoio à Assembleia, bem como, o público em geral.

De seguida, informou ter recebido dois pedidos de substituição por parte dos senhores deputados municipais.

Usou ainda da palavra, pedindo permissão aos Senhores Deputados Municipais, para fazer uma breve intervenção nos seguintes termos:

“Mais uma vez estamos reunidos neste local para uma sessão da Assembleia Municipal, o local privilegiado da democracia local, onde todos concordamos que podemos discordar, como aliás temos constatado ao longo das várias sessões. Espero que continuemos a discordar entre nós. Como disse aquando da instalação desta Assembleia, se todos concordássemos e tivéssemos as mesmas ideias acerca da nossa vida em comum, não haveria necessidade de política, nem haveria necessidade de estarmos aqui hoje. Na verdade, temos tendência a discordar e ver as coisas de modos diferentes, o que é uma vantagem. É bom para a democracia que haja opiniões diferentes, que haja oposição construtiva e temos tido vários exemplos de oposição construtiva. Mas para bem do município e dos seus cidadãos, que não se confunda oposição com obstrução apenas.”-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

01.01 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2022 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e oito de abril de 2022 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos.-----

Colocado o assunto à discussão, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou, que não podiam votar no presente assunto os membros do PS e do CHEGA, por se considerarem



faltosos na sessão de 28 de abril de 2022.-----
O deputado municipal Tito Evangelista e Sá, terá dito que não faltaram, os seus nomes constavam da lista de presenças, e, até tinha intervenções suas no início da sessão, e que estavam registadas na ata.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES NA REFERIDA SESSÃO, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2022.-----

Não participaram na votação os senhores deputados municipais Celestino Cubelo Morais, Armando Luís Lopes Martins e Virgínio Isidro Martins de Sá, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do CPA, por não terem estado presentes na sessão de 28 de abril de 2022.-----

Não participaram igualmente na votação os senhores deputados municipais Tito Alfredo Evangelista e Sá, Anabela Solinho Martins, Domingos José da Cruz Carvalho e Manuel Marcelino Correia da Silva Cunha, nos termos do disposto na parte final do nº 3, do artigo 41º do Regimento da Assembleia Municipal de Esposende, conjugado com o nº 3 do artigo 34º do CPA, uma vez que, abandonaram a sessão definitivamente, antes do seu termo.-----

Não participou ainda, na votação, o senhor deputado municipal Manuel Fernando Lima de Meira Torres, por não se encontrar presente na sessão, no momento da votação do presente assunto.-----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.-----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.-----

Interveio a Sr.ª Deputada Municipal, Sara Herdeiro, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo referido:

*“Boa noite a todos,
Ex.mo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais
Senhores Presidentes de Junta*

Público presente;

Vou apresentar três Votos de Pesar, subscritos pelos Grupos Políticos do PSD, CHEGA e CDS:

1 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOÃO GASPAR DE SOUSA GOMES ALVES.

"Faleceu no passado dia 22 de maio de 2022, vítima de doença prolongada, João Gaspar de Sousa Gomes Alves, com 83 anos de idade.

João Gaspar de Sousa Gomes Alves, foi um distinto advogado que colaborou com o Município de Esposende, ao longo de mais de 30 anos, na prestação de serviços na Área Jurídica, destacando-se as áreas do Direito Administrativo, Contratação Pública, Contencioso Administrativo, Contencioso Civil, Direito do Ambiente, Direito da Função Pública e do Trabalho, Direito da Urbanização e da Edificação, bem como no apoio nas situações de denúncias e processos no Ministério Público, dando provas do seu profissionalismo e dedicação na defesa intransigente dos interesses da nossa terra em cada um dos processos que acompanhou em tribunal, em representação do Município de Esposende. Um homem singular, de grande sabedoria e cultura, um profissional dedicado às causas que defendia.

Fica o seu registo de homem respeitado, sábio, dedicado, sempre disponível e de humor refinado.

Para além da sua colaboração profissional com o Município de Esposende, foi um vimeirense de mérito, tendo-lhe sido atribuídas inúmeras condecorações e distinções, resultado da sua participação ativa na vida associativa, empresarial e política da sua terra, apresentando sempre contributos que, ainda hoje, são reconhecidos e valorizados.

Assim, os membros desta Assembleia Municipal, das bancadas políticas do PSD, CHEGA e CDS, associam-se à família e amigos de João Gaspar de Sousa Gomes Alves, endereçando-lhes as mais sentidas condolências, propondo que seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento. Mais propomos que, esta deliberação seja comunicada, por escrito, à digníssima família."

2 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ GONÇALO FERREIRA DE AREIA.

"Faleceu no passado dia 26 de maio de 2022, José Gonçalo Ferreira de Areia, com 85 anos de idade.

José Gonçalo Ferreira de Areia, ilustre Esposendense licenciado em Ciências Matemáticas, Engenharia Eletrotécnica e pós-graduado em Telecomunicações, iniciou a sua atividade no Centro de Estudos de Telecomunicações de Aveiro.

Entre outros cargos que ocupou, foi presidente do Conselho Executivo da Portugal Telecom, Presidente do Conselho de Administração da TDP (Teledifusora de Portugal) e da Multidifusão. Foi ainda Inspetor Geral de Telecomunicações da Portugal Telecom e fez parte do Conselho de Administração da Fundação, tendo sido um dos impulsionadores da Casa do Futuro.

Fica o seu registo de Homem respeitado, sábio, dedicado e defensor intransigente da sua terra.

Sócio fundador do Fórum Esposendense, foi um dos grandes doadores do Museu Marítimo de Esposende.

Assim, os membros desta Assembleia Municipal, das bancadas políticas do PSD, CHEGA e CDS, associam-se à família e amigos de José Gonçalo Ferreira de Areia, endereçando-lhes as mais sentidas condolências, propondo que seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento. Mais propomos que, esta deliberação seja comunicada, por escrito, à digníssima família.-----

3 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MANUEL MARTINS DA CUNHA.-----

“Faleceu no passado dia 20 de junho de 2022, Manuel Martins da Cunha, pai do Senhor Manuel Marcelino Correia da Silva Cunha, membro da Assembleia Municipal de Esposende, eleito pelo Partido CHEGA.

Neste momento de dor, os membros desta Assembleia Municipal, das bancadas políticas do PSD, CHEGA e CDS, associam-se à família e amigos de Manuel Martins da Cunha, endereçando as mais sentidas condolências, propondo que seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento. Mais propomos que, esta deliberação seja comunicada, por escrito, à digníssima família.-----

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal, António José Morgado, do PSD, fazendo a intervenção política que se transcreve:

Ex.mo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Senhores Presidentes de Junta

Publico presente,

Passados praticamente seis meses sobre as últimas eleições legislativas, finalmente temos orçamento de estado aprovado e promulgado.

Um orçamento que, segundo o Primeiro-ministro, quando ainda decorria a campanha eleitoral, estava pronto a ser posto em prática. Mas na verdade, volvidos 6 meses e depois de mais de 1400 propostas de alteração, o tal orçamento deixou de ser aquele que era tido como o programa do partido socialista em Campanha eleitoral, passando a ser aquela que apelidamos agora de “primeira grande mentira” aos portugueses por parte do Governo Socialista no atual mandato.

E enquanto decorria a discussão do Orçamento de Estado, foi ganhando forma aquela que poderá ser a “segunda grande mentira” do Dr. António Costa aos portugueses.

Refiro-me ao cumprimento integral do atual mandato por parte do Sr. Primeiro-ministro. Dizem os entendidos que o Sr. Primeiro-ministro irá levar por diante o mandato que lhe foi conferido. Mas, a julgar pela falta de interesse que, aparentemente, tem demonstrado em relação aos graves problemas que têm assolado o país, nomeadamente com a crise dos combustíveis, do SNS e a falta de respostas políticas face ao aumento da taxa de inflação, o Dr. António Costa foi deixando o governo sem voz de comando, entregue a si mesmo, enquanto se passeava pela Europa em reuniões com outros líderes Europeus. Uma atitude que



nos leva a crer que o Sr. PM estará mais preocupado com aquela que será, por certo, a sua candidatura à presidência da Comissão Europeia, do que propriamente com aquelas que são as necessidades imediatas dos portugueses para fazerem frente às dificuldades pelas quais estão atualmente a passar, pois a guerra na Ucrânia e o pós COVID não justifica tudo. Por isso, como tem sido apanágio da governação socialista, não falar verdade aos portugueses tornou-se numa normalidade bem vincada, cada vez mais alicerçada em exemplos que contrariam aquela que tem sido a retórica política do Sr. PM ao longo da sua governação, tornando-se assim, na sua imagem de marca, à qual ficaria bem aplicar o Slogan: "olha para o que digo, não olhes para o que faço."

Sr. Presidente da Mesa

Sr. Presidente da Câmara

Sr. Vereadores

Sr.s Deputados Municipais

No que toca ao concelho de Esposende, a mentira também chegou cá! Pois não somos exceção no país, sendo que, para nós, essa forma de fazer política por parte do PS não nos é estranha. Felizmente que, se para nós não é novidade ver o governo socialista a faltar à verdade e a enganar os portugueses sobre o resultado das políticas que põe em prática, também não é novidade, mas desta vez pelo lado da verdade e em oposição à forma de fazer política por parte do PS, ver o executivo municipal liderado pelo Arq. Benjamim Pereira, cumprir com o que se comprometeu, dando a cara pelo que fez e vai fazendo, sem se esconder, sem se preocupar com o próprio umbigo e, acima de tudo, sem demagogia política numa ótica partidária de ver a sua posição reforçada.

Desde logo, a comprovar o que dizemos, está a concretização das promessas feitas à população do concelho, demonstrada pelas sucessivas inaugurações que o município tem levado a cabo por todo o concelho. Fazendo-as em início de mandato, sem tacticismos e apenas numa ótica do dever cumprido e prestação de contas face aos compromissos assumidos. Falamos entre outras, das obras de instalação do Saneamento básico no lugar do Monte em Marinhãs, da requalificação da zona central de Vila Chã, da requalificação e abertura de novos arruamentos em Palmeira de Faro e Curvos, da requalificação da biblioteca municipal, da ampliação e beneficiação da escola do Facho em Apúlia, da requalificação do Campo S. Miguel em Marinhãs, da requalificação da Alameda do Bom Jesus em Fão, da Requalificação da escola Henrique Medina, da requalificação da escola básica de Pinhote em simultâneo com as obras de saneamento básico no lugar de Outeiro em Marinhãs e, por último, da construção do parque de estacionamento de apoio à igreja de Forjães e seus acessos. Todas obras importantes, muito desejadas pela população e que marcarão para sempre as freguesias e as populações que delas irão beneficiar.

Temo-lo dito várias vezes. Esta é a forma correta de estar na política e é a única forma que os eleitos do PSD de Esposende conhecem no exercício dos cargos que detêm. Fala-se verdade, promete-se, projeta-se e executa-se. E assim, cumpre-se a palavra dada! Tem sido esta a fórmula seguida pelo Sr. Presidente da Câmara desde que foi eleito em 2013 e, estamos certos que será assim que continuará a exercer as suas funções.

Uma fórmula reconhecida por todos cá dentro, mas também fora de portas, conforme o demonstra a atribuição dos prémios "Autarquia do ano de 2022", por parte da Lisbon Awards Group, no passado dia 8 de junho. A esse propósito, porque é merecido e a nós, cidadãos do



concelho, deixa-nos orgulhosos por ver o nome de Esposende como sendo uma referência e um exemplo a seguir pelos outros municípios deste país, apresentarei mais à frente, um Voto de Congratulação ao executivo pela excelência dos projetos inovadores que tem vindo a implementar no concelho a par da rigorosa gestão que tem feito do município.

Onde alguns cá dentro, felizmente poucos, veem ilegalidades e gestão danosa em tudo o que o executivo propõe ou faz, outros, a esmagadora maioria, não só no concelho, mas também fora dele, aplaudem e veem na gestão do município, uma gestão rigorosa e inovadora, destacando o município de Esposende como sendo um dos melhores do país.

Sr. Presidente da Câmara

Porque este é o lugar certo para se falar sobre as opções do executivo, a propósito de algumas notícias vindas na comunicação social e nas redes sociais relativamente à obra de requalificação do Largo Rodrigues Sampaio e da Praça Frei Bartolomeu dos Mártires, dizer que, se até percebemos, embora discordamos, algumas das críticas que têm sido apontadas ao projeto por parte da oposição, lamentamos sobretudo, a demagogia e a discussão gerada em torno do mesmo, principalmente no que à solução estética e ao estacionamento diz respeito.

Numa altura em que, por todo o lado, na ótica de garantir uma melhor sustentabilidade dos centros urbanos do ponto de vista ambiental e do seu desenvolvimento, e se procura retirar ou reduzir o trânsito desses mesmos centros, tornando-os mais atrativos e neles privilegiando as pessoas, as vivências dos espaços, e assim, a sua dinamização, temos em Esposende, o PS, que para arranjar argumento político e criticar a obra, lança para cima da mesa a ideia peregrina da construção de um parque de estacionamento subterrâneo naquele lugar, numa zona de risco e sujeita a cheias.

Ora, numa altura em que se discute a proteção da cidade face ao avanço do mar, entendemos que construir um parque de estacionamento subterrâneo na zona do Largo Rodrigues Sampaio, cuja cota ficaria muito próxima da cota do nível do mar, é muito discutível, e porventura, necessitará de uma reflexão mais profunda, face aos constrangimentos técnicos e legais que uma obra dessa natureza poderia implicar.

Se o PS estivesse verdadeiramente preocupado com os problemas de estacionamento no centro da cidade, tinha a obrigação, quanto mais não fosse por respeito àqueles que nele votaram, de participar nas iniciativas do município, onde essa, entre outras questões relacionadas com a obra em causa foram abordadas, e lá, questionar o município sobre quais as eventuais alternativas pensadas pela Câmara municipal para resolver esse problema. Mas, como se tem visto, não só no que respeita esta obra, mas em todas as outras, esta não é, por certo, a postura do PS. O que importa mesmo é criticar. Já participar de forma responsável na discussão dos assuntos, isso já não interessa.

Sr. Presidente da Mesa

Sr. Presidente da Câmara

Sr.s Deputados Municipais

Recebemos na semana passada a informação de que a questão relacionada com a constituição da junta de freguesia da U. das Juntas de Freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto está resolvida, tendo o Tribunal decido favoravelmente à sua constituição.



Como é do conhecimento público, o processo de constituição da Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia de Fonte Boa e Rio Tinto foi, desde o ato eleitoral de 26 de setembro, alvo de um enorme aproveitamento político por parte dos partidos derrotados tanto nesta Assembleia Municipal como fora dela nomeadamente, pelo CDS e pelo PS, que face à derrota nas urnas, viram uma possibilidade de obter uma vitória na secretaria, o que provocou, desde logo, um enorme prejuízo para aquelas Freguesias. Apesar das sucessivas tentativas de inviabilização da constituição dos órgãos autárquicos e dos processos em tribunal intentados pelos derrotados, a postura da junta de freguesia foi sempre serena e de confiança na solução governativa encontrada. Hoje, depois de conhecida a decisão do Tribunal, o PSD de Esposende congratula-se pelo desfecho de todo o processo. Nunca tivemos dúvidas em relação à legalidade dos atos praticados e agora confirmados pelo Tribunal. Com a responsabilidade e o respeito demonstrado pelos eleitos do PSD, ganhou a população de Fonte Boa e Rio Tinto que, finalmente, tem um Executivo e uma Assembleia de Freguesia com a estabilidade necessária para trabalhar em prol da defesa intransigente das Freguesias que representam. A semelhança do que sucedeu em Fonte Boa e Rio Tinto, na freguesia de Gemeses, o líder do grupo político do PS nesta Assembleia também recorreu aos tribunais, tendo apresentado uma denúncia contra o Sr. presidente da Junta o Sr. Eduardo Maia. Mas uma vez mais o PS foi derrotado! E apesar de tardio, foi possível chegar a um entendimento com o CDS, onde o bom senso imperou, e foi possível constituir-se a Junta e a Assembleia de freguesia após vários meses de funcionamento ao abrigo do artigo 80º da Lei 169/99 de 18 de setembro. Uma vez mais o PSD congratula-se pelo desfecho deste processo que, à semelhança do que sucedeu com Fonte Boa e Rio Tinto, trouxe a estabilidade necessária para que os eleitos locais possam por em prática o programa que os elegeu, ganhando, com isso, a população e a freguesia de Gemeses. Uma vez mais, os mesmos do costume perderam e prejudicaram o desenvolvimento daquelas freguesias.

Sr. Presidente

Feita a intervenção política, apresento, agora o voto de congratulação ao município pela atribuição dos prémios "Autarquia do ano 2022", recebidos no passado dia 8 de junho, e de seguida, apresentarei ainda, uma recomendação e um voto de protesto.

1 - VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELA DISTINÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE COM QUATRO PRÉMIOS, NOS PRÉMIOS AUTARQUIA DO ANO 2022.—

"Como é do conhecimento de todos, o Município de Esposende foi distinguido nos Prémios Autarquia do Ano 2022, com quatro prémios e duas menções honrosas, reconhecendo o mérito e a qualidade de projetos municipais, que vão desde a Educação à área Social, passando pela Economia e Ambiente.

O evento foi promovido pela Lisbon Awards Group, entidade responsável por vários prémios e conferências nos mais diversos sectores de atividade, e visou homenagear os municípios e freguesias que se destacaram, nas mais variadas áreas, pelas suas práticas inovadoras e de gestão rigorosa do interesse público.

Esposende foi o Município que arrecadou o maior número de prémios, tendo conquistado o 1.º Lugar com os projetos Esposende Smart City, na Categoria Cultura e Património,



Subcategoria Artes Plásticas; E-Redes, na Categoria Ecologia e Cuidado dos Animais, Subcategoria Reciclagem; Start Esposende, na Categoria Economia, Subcategoria Captação de Investimentos Estrangeiros; e Arboreto Municipal, na Categoria Urbanismo e Espaços Verdes, Subcategoria Boas Práticas de Sustentabilidade. Foi também distinguido com duas menções honrosas, designadamente pelo projeto Coro Sénior, na Categoria Apoio Social, Subcategoria Qualidade de Vida na Terceira Idade, e pelo Manual De Boas Práticas PIICIE (Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar) do Cávado, na Categoria Educação, Subcategoria Incentivos ao Sucesso Escolar.

O Grupo Político do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal de Esposende, congratula-se pelo reconhecimento destes projetos, em áreas tão distintas, que refletem a qualidade e a excelência destas apostas implementadas pelo Município, num contexto de um desenvolvimento sustentado, abrangente e harmonioso do território concelhio e que vêm reforçar e legitimar a excelência do Município de Esposende enquanto destino para viver e trabalhar.

Nestes termos, o Grupo Político do PSD de Esposende vem propor a aprovação do presente Voto de Congratulação, manifestando satisfação pela distinção do nosso Município nos Prémios Autarquia do Ano 2022.”

2 - RECOMENDAÇÃO “PELA INCLUSÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, EM REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NO GRUPO DE TRABALHO PARA A ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE PERFIL ASSISTENCIAL, ÁREA DE INFLUÊNCIA E DIMENSIONAMENTO DO NOVO HOSPITAL DE BARCELOS E DO GRUPO DE TRABALHO PARA A ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE PROGRAMA FUNCIONAL”.

“O concelho de Esposende, com aproximadamente 35 mil habitantes, não dispõe de um hospital público, sendo servido pelo Hospital de Santa Maria Maior – Barcelos. Tendo como área de influência estes dois concelhos, serve uma população de cerca de 152 mil habitantes (Censos 2021).

O Hospital de Santa Maria Maior é a única unidade da rede pública hospitalar que serve a população do concelho de Esposende e, também, a população do concelho de Barcelos.

É reconhecida a falta de condições deste hospital para uma resposta cabal e eficaz às necessidades destas populações.

Esta situação tem vindo a agravar-se, tanto pelas deficientes condições em termos de equipamentos, recursos humanos e encerramento de valências.

É urgente a construção de um novo hospital, que responda às necessidades de saúde destas populações, garantindo o modelo de gestão integralmente público.

O município de Esposende está, como sempre esteve, disposto a continuar a defender os interesses de todos os Esposendenses, nesta e em todas as matérias, com rigor, seriedade e responsabilidade.

Assim, face a esta problemática, e depois de termos aprovada nesta mesma Assembleia Municipal uma Moção que reivindicava a construção de um novo Hospital que servisse a população de Esposende e de Barcelos, foram promovidas e realizadas reuniões de trabalho entre o Município de Esposende e o Município de Barcelos com o propósito de serem articulados esforços no sentido de ver construindo este novo equipamento.

Recentemente veio a público uma notícia que dava nota que, por despacho da Senhora

Ministra da Saúde, tinham sido constituídos um grupo de trabalho para a elaboração de proposta de perfil assistencial, área de influência e dimensionamento do novo Hospital de Barcelos e do grupo de trabalho para a elaboração de proposta de programa funcional.

Depois de todas as diligências levadas a cabo pelo Município de Esposende, no sentido de alertar o Governo para a construção de um novo Hospital que servirá as pessoas de Esposende, verificamos que, no despacho da Senhora Ministra, que veio apresentar os grupos de trabalho constituídos, consta o nome do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barcelos e, acreditamos que por lapso, não consta o nome do Senhor Presidente da Câmara de Esposende.

Assim, face ao exposto, propomos à Assembleia Municipal de Esposende, a aprovação da presente Recomendação, "Pela inclusão do Sr. Presidente da Câmara Municipal, em representação do Município de Esposende, no grupo de trabalho para a elaboração de proposta de perfil assistencial, área de influência e dimensionamento do novo Hospital de Barcelos e do grupo de trabalho para a elaboração de proposta de programa funcional" e que dela dê conhecimento à Senhora Ministra da Saúde, ao Senhor Diretor da ARS Norte e à Câmara Municipal de Barcelos."

3 - VOTO DE PROTESTO PELA FORMA COMO O PROCESSO DAS DRAGAGENS FOI CONDUZIDO, EM TOTAL DESRESPEITO PELO MUNICÍPIO E PELOS ESPOSENDEENSES.

"Como já tivemos oportunidade de tornar público noutros fóruns, numa tentativa de fazer prova de vida, e numa atitude inqualificável, o PS de Esposende tornou público, no passado dia 21 de janeiro, a poucos dias das eleições legislativas, que fruto do seu trabalho, iria ser feita a dragagem no Rio Cávado, em Esposende. Na altura condenamos a atitude meramente eleitoralista, tornada pública pela voz do candidato a Deputado Joaquim Barreto, numa sessão partidária realizada em Esposende, e prontamente aproveitada pelo PS Esposende.

Importa esclarecer que somos completamente a favor da dragagem do Rio Cávado nesta zona, o que não podemos aceitar, tal como o referimos à data é, em primeiro lugar, que se trate de obras iniciadas sem qualquer articulação com as intervenções anteriormente executadas, nem tão pouco com aquelas que estão previstas, nomeadamente as empreitadas lançadas pela Polis Litoral Norte. Obras que, a serem feitas desta forma e neste momento, não resolverão, infelizmente, a situação em causa, tratando-se de um enorme desperdício de dinheiro público que resulta de um processo atabalhado e mal gerido, porquanto já foram feitas outras intervenções similares sem qualquer resultado duradouro.

Como é por demais sabido, o Município de Esposende tem encetado todos os procedimentos tendentes a encontrar uma solução de carácter definitivo para a Barra, em articulação com as entidades envolvidas neste processo, nomeadamente, APA ICNF, DGRM e Ministério do Ambiente, tendo inclusive um estudo sério e cientificamente fundamentado para a Barra, terminado desde o final de 2021, e que foi apresentado publicamente no passado mês de fevereiro.

Em segundo lugar denunciámos a pressão inadmissível que foi feita sobre o ICNF que o levou a autorizar uma intervenção em plena época da Lampreia com todos os danos ambientais daí resultantes, colocando esta entidade numa situação delicada e claramente permeável a pressões políticas, quando nunca o tinha feito no passado. A isenção e independência destes organismos deveria ser intocável.

Toda esta irresponsabilidade, apenas para colocar umas máquinas a fingir que dragavam a foz do rio para tirar umas fotos em plena campanha eleitoral.

O desrespeito ganha outra dimensão quando tudo isto foi feito à revelia do Município de Esposende.

Importa lembrar que há mais de um ano e meio, o município solicitou uma reunião com o Senhor Ministro do Ambiente, da qual nunca obteve resposta. Importa lembrar ainda que foi o município quem suportou os custos da dragagem da doca de pesca em 2015, quem esteve por detrás da requalificação da doca de pesca em 2021 e do portinho de Apúlia, obra já concluída, assim como na reconstrução dos molhes da barra, nestas últimas enquanto acionista da Sociedade Polis Litoral Norte.

O que se lamenta, mais uma vez é que esta atitude prejudicou e continua a prejudicar severamente a comunidade piscatória do nosso concelho, e continua a adiar a solução que se pretende para este local. Os superiores interesses do concelho devem sobrepor-se aos interesses partidários de qualquer força política, devendo o Governo pugnar pelo respeito institucional para com as entidades que representam as populações.

Certo é que, decorrido o ato eleitoral da altura, as máquinas fugiram e a areia lá ficou, já para não falar no estado em que a maquinaria pesada deixou a praça das lampreias.

O que se apraz questionar neste momento é o seguinte:

- 1 – O que andaram dois camiões e uma retroescavadora a fazer no rio Cávado?*
- 2 – Quem assume as consequências de uma eventual tragédia que possa ocorrer no local, devido ao perigo na utilização daquela zona de areia em plena época balnear?*
- 3 – O que vai ser feito daquele banco de areia?*
- 4 – A obra está concluída ou faltam realizar trabalhos?*

Apesar de sermos completamente a favor da dragagem do Rio Cávado, o Grupo Político do PSD de Esposende vem propor a aprovação do presente Voto de protesto, pela forma como este processo foi conduzido, em total desrespeito pelo Município e pelos Esposendenses e exige respostas à tutela, a quem deverá ser dado conhecimento do presente voto.”-----

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Francisco Melo, do CDS-PP, nos seguintes termos:

*“Exmos. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Vereadores,
Senhores Membros da Assembleia Municipal,
Esposendenses aqui presentes,*

O Grupo Político do CDS vai apresentar aqui uma Recomendação, posto o que, farei a minha intervenção política.

1 - RECOMENDAÇÃO AO EXECUTIVO PARA ALTERAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL VERTIDA NO PONTO 02.05 DO PERÍODO DA ORDEM DO DIA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2022 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

“De acordo com o ponto 1 da proposta de aviso de procedimento de hasta pública para alienação de imóveis sítos no concelho de Esposende, que integra o ponto 02.05 do Período da

Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, consta, entre outros imóveis, o prédio urbano composto de casa torre com três pisos, águas furtadas, e logradouro, sito na Praça dos Pescadores, n.º 39, na extinta freguesia de Apúlia, vulgarmente conhecido como "Edifício Pérola".

Há praticamente cinco anos, mais concretamente, em 26 de junho de 2017, o Presidente Benjamim Pereira afirmava, perante a Assembleia Municipal de Esposende, que «Nós temos uma ideia para lá, mas não devemos impor-nos às populações, um dia vamos reunir-nos com um projetista e os representantes da freguesia e vamos discutir o que vamos fazer (...) O grande mérito da aquisição daquele edifício é que estava ali a perder-se completamente e a deteriorar-se, um edifício muito importante em termos arquitetónicos, talvez o mais emblemático do concelho neste momento e só isso já justificava a aquisição.»

Mais recentemente, em reunião de Câmara de 16 de julho de 2020, o Presidente Benjamim Pereira afirmava, em resposta a interpelação feita sobre o Edifício Pérola, «Compramos os imóveis que temos que comprar, trata-se de um imóvel de interesse para o município, até pela sua arquitetura.»

Considerando que:

- o imóvel em apreço reveste grande interesse para o Município de Esposende, conforme afirmado por mais do que uma ocasião;
- até hoje, a sociedade civil de Apúlia não teve qualquer possibilidade de se pronunciar, porque também não foi solicitada, conforme prometido, quanto ao possível destino para o Edifício Pérola;
- o Município, em momento algum, apresentou qualquer justificação para agora, subitamente, desinvestir do alegado edifício «mais emblemático do concelho.»

Forçoso será concluir que a inclusão do Edifício Pérola neste procedimento de hasta pública é precipitada e desajustada, indo arrepio das razões fundadoras que presidiram à sua aquisição.

A venda do Edifício Pérola só deve ser a solução final, como pretende agora o Executivo, depois de goradas todas as possíveis alternativas para a sua utilização, pelo Município, ao serviço da comunidade apuliense.

Assim, em face do que antecede, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária no dia 29 de junho de 2022, delibera recomendar ao Executivo:

Ponto Único: Retificar a Proposta a apresentar à Assembleia Municipal de Esposende e que consta do ponto 02.05 do Período da Ordem do Dia da 3ª sessão ordinária de 2022, no sentido de retirar da listagem dos imóveis sujeitos a alienação, com recurso a hasta pública, o prédio urbano sito na Praça dos Pescadores, n.º 39, na extinta freguesia de Apúlia, vulgarmente conhecido como "Edifício Pérola".

E prossigo agora com a minha intervenção política, renovando aqui os cumprimentos apresentados.

Iniciamos esta nossa intervenção saudando o grupo político do PSD de Esposende pela eleição do novo Presidente do partido, o Dr. Luís Montenegro.

Num contexto em que Portugal tem uma dívida pública de 130% do PIB (no ano em que a troika veio acudir o país a dívida ascendia a 100% do PIB), uma elevada carga fiscal, de que é paradigma o aumento em 2021 do peso dos impostos no PIB para 35,8%, registo mais alto desde 1995, e o Sistema Nacional de Saúde, não obstante à boa imprensa da Ministra da

Saúde, definha a olhos vistos, urge que a Direita trabalhe uma verdadeira alternativa ao atual poder socialista que não tem sido, garantidamente, capaz de deixar o país melhor para as gerações vindouras.

No plano local, saudamos o fim do impasse na constituição da Junta de Freguesia de Gemeses.

À semelhança do que sucedeu em Apúlia e Fão, também em Gemeses foi possível que forças políticas divergentes chegassem a um acordo de governação, compromisso esse que, naturalmente, implicou esforços de parte a parte. Enalteçemos o diálogo cooperante que CDS e Gemeses dos Cidadãos mantiveram ao longo dos meses e que salvaguardou os superiores interesses da população de Gemeses. Fica assim demonstrado que havendo vontade e espírito de diálogo, bem como humildade para ceder, as soluções que beneficiam as populações são possíveis.

E porque não há duas sem três, uma terceira saudação, agora endereçada ao Executivo, pelo evento "Brincar é coisa séria", que trouxe centenas de crianças à zona ribeirinha de Esposende. As crianças são o futuro de qualquer sociedade. Esposende tem de puxar mais pelas suas crianças, pelo que, e dirigindo-me particularmente à Senhora Vice-Presidente Alexandra Roeger, apelamos a que o Executivo estimule mais iniciativas desta natureza ao longo do ano, não se ficando apenas pela semana do Dia da Criança, como se de um mero cumprir de calendário apenas se tratasse.

E por falar em calendário, cumpre perguntar, Senhor Presidente da Câmara, em que estado se encontra a obra do canal interceptor, nomeadamente, se os trabalhos a mais ora perspectivados serão mesmo os últimos e, nesse seguimento, quando é que estimam dar a obra como definitivamente concluída.

O que não está concluída, nem tão pouco começou, foi a obra de saneamento básico na Rua dos Portais do Poço, em Belinho, e na Rua Adfora, em Mar, anunciada para 2021, curiosamente ano de eleições. Tendo presente que o contrato público foi celebrado em 21 de junho de 2021, ou seja, há mais de um ano, à pergunta por que é que, até hoje, a obra não foi feita, qual destas respostas, Senhores Deputados Municipais, é que está certa: a) incompetência do Município e da Esposende Ambiente

b) publicidade enganosa, só para render uns votos c) a culpa vai morrer solteira.

Prosseguindo ainda com a temática de anúncio de obras, Senhor Presidente da Câmara, a propósito da futura Zona Desportiva Municipal, a que aludiu na receção à equipa sénior de futebol da Associação Desportiva de Esposende, confirma que o Estado Municipal já foi alienado ou, em caso negativo, em que fase se encontra o processo de venda?

Sobre a futura Zona Desportiva Municipal, aproveitamos para partilhar que é importante que a mesma inclua um pavilhão multiusos de suporte, pois o Pavilhão Gimnodesportivo de Fão, que celebra 25 anos, não obstante a sua valência, mostra-se, aos dias de hoje, longe do paradigma de pavilhões funcionais polivalentes com que estão dotados muitos municípios do nosso país, e que são palco de congressos, espetáculos musicais ou fases finais de importantes competições desportivas, realidades de que o nosso concelho está afastado e continuará afastado enquanto não for dotado de uma tal estrutura moderna.

Recentemente o Município noticiou os trabalhos de requalificação na A28, os quais contemplam o troço que passa pelo concelho de Esposende.

Ora, a este propósito, e repescando uma interpelação anteriormente feita, mas que não obteve resposta, voltamos a questionar para quando a reabilitação integral do troço da EN13 que serve o concelho de Esposende, na mesma medida do que a IP fez quanto ao troço que serve a



Póvoa de Varzim.

Outra interpelação feita em anterior sessão da Assembleia Municipal e que ora reiteramos, dada a falta de esclarecimentos, é a que se prende com a inacessibilidade a espaço público vedado pelo Clube Náutico de Fão.

Senhor Presidente da Câmara, pode informar esta Assembleia se já houve resposta por parte do Município de Esposende à Agência Portuguesa do Ambiente?

Caros membros desta Assembleia, caros esposendenses,

Portugal vive o ano mais seco desde 1931. A palavra de ordem é que "temos de nos habituar a viver com menos água".

Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vice-Presidente, responsável pelo pelouro do ambiente, aproximando-se, a passos largos, a época alta do nosso concelho, com a população a triplicar, é importante que o Município promova campanhas de sensibilização para um uso mais eficiente e consciente da água.

A situação crítica exige uma alteração de comportamentos por parte de todos e esta é uma matéria que deve merecer especial atenção por parte do poder político local.

Uma nota final para homenagear o Eng. José Gonçalo Areia. Figuras como o Eng. José Gonçalo Areia, ou o Eng. Paulo Cunha, também falecido recentemente, merecem o nosso público reconhecimento, pois trata-se de cidadãos que tendo atingido grande prestígio profissional, com vida familiar e profissional estabelecida longe de casa, nunca deixaram, porém, de manter bem-viva a chama do amor por Esposende, empenhando-se ativamente nas suas instituições e, reflexamente, no desenvolvimento da nossa terra.

São o bom exemplo a seguir por cada um de nós que tem em Esposende, mais do que o seu berço, a sua essência.

Muito obrigado."

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, propôs, colocando à deliberação da Assembleia, a prorrogação do período de Antes da Ordem do Dia por igual período, ou seja, mais trinta minutos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Intervenção de seguida o Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, tendo feito a seguinte intervenção política:

"Bem, pelos vistos agora tenho direito a falar, e por isso, vou começar por aquilo que se passou na última sessão da Assembleia, que foi a maior vergonha, desde que se verificou o 25 de abril, na Assembleia Municipal de Esposende. E, para o Grupo do Partido Socialista, a Mesa desta Assembleia deixou de ter idoneidade política, para poder desempenhar as funções que exerce.

E só não propomos um Voto para destitui-la, porque sabemos que a maioria ia chumbá-la e não vale a pena estar a perder tempo com isso. Mas, ficam a saber exatamente aquilo que nós pensamos.

O que se passou hoje no início da Assembleia, quando não nos deixam votar uma Ata, dizendo que nós abandonamos a Assembleia, e na própria Ata, no cabeçalho diz que nós estivemos presentes, diz bem, de como funciona esta Mesa e esta Assembleia, e aquilo que nós iríamos dizer votando contra, como votamos, embora os nossos votos contra, não contem, já na

Assembleia passada assim foi, o que nós queríamos dizer é que votamos contra, porque a Ata não traduz o que se passou na reunião. Faltam intervenções, tem partes totalmente inventadas, e desde logo não refere partes essenciais, como a proibição da Mesa de que os Deputados Municipais votassem o ponto 02.03, nem a referência à afirmação do Presidente da Mesa de que só seriam contabilizados os votos a favor da proposta do PSD e que os outros votos não contavam. Como não consta da Ata a declaração de voto do PS, sobre o ponto 02.03, proferida antes de abandonarem a sessão da Assembleia, em protesto contra a violação dos seus direitos legais e políticos.

De todas as sessões gravadas na Assembleia Municipal, ao longo de anos, apenas nesta em que foi requerida a gravação para fazer prova no processo-crime em curso, a mesma apareceu danificada.

A assessora de Donald Trump, antigo Presidente dos EUA, defendia aquilo a que chamava de factos alternativos, para falsear a realidade.

A ata da reunião da sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2022, elaborada pelo PSD, com a colaboração cúmplice do CDS, é exatamente o mesmo. Como nunca votaríamos a favor de atas falsas, só podíamos votar contra.

Quanto à intervenção do PSD aqui, já percebemos que para o PSD só existem nesta assembleia PS e PSD, todo o tempo foi a falar do PS.

Ficamos contentes com isso, é sinal que estamos a fazer bem o nosso trabalho, é sinal que lhes dói a nossa atividade, e é sinal que nós estamos certos. É o reconhecimento público por parte do PSD, da nossa boa atuação.

Quanto à questão do Governo do PS e das pretensas fugas do António Costa para Bruxelas; o António Costa não é o Durão Barroso; estejam descansados, tenham calma.

Assim como eu nunca ouvi o PSD durante estes anos todos, do Governo Passos Coelho, a reclamar dragagens, a reclamar hospitais novos em Barcelos, nunca ouvi reclamar nada, só reclamam agora, e, é curioso que começam a reclamar, logo que há uma maioria absoluta, porque antes da maioria absoluta ninguém falava do assunto.

A draga está para chegar, eu até sei quando ela vem, mas não lhe vou dizer, para não lhe dar essa satisfação.

Quanto à questão de Fonte Boa e Rio Tinto, e Gemeses, também me apetecia dizer qualquer coisa. Para além de uma quantidade de asneiras que ouvi para aqui, mas também não vou dizer para não prejudicar os processos em curso, nomeadamente os que estão em segredo de justiça. E portanto essa questão, mais tarde, iremos voltar cá e iremos falar do assunto. Portanto, ainda ouvi aqui uma fantástica, é que não se pode fazer um parque de estacionamento subterrâneo no Rodrigues Sampaio, por causa da subida das águas do mar. O senhor deputado do PSD fez-me lembrar a Catarina Martins que dizia que não se podia construir o aeroporto no Montijo, por causa da subida das águas do mar que ia ficar inundado. Olha que curiosa coincidência e alinhamento, o PSD de Esposende com a Catarina Martins, realmente há surpresas na política e esta é uma das grandes. Mas olhe, então vai ter um problema, é que o parque de estacionamento da Câmara Municipal também vai ficar inundado, também está à mesma cota.

E os parques de estacionamento dos prédios todos, que têm parques de estacionamento, também vai ficar tudo inundado, e o melhor é começarmos a ter planos já para abandonar Esposende, se vai ficar tudo inundado, o melhor é começarmos já a fechar e ir embora.

Porque não vou fazer de conta que esta assembleia é uma assembleia democrática normal, quando não é, quando o regime democrático está em causa em Esposende, com os

comportamentos políticos nesta assembleia municipal, portanto não vamos fazer de conta que isto é uma assembleia normal e democrática, e que há comportamentos normais e democráticos, quando não existem, eu iria passar a ler um voto de pesar:

1 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MANUEL MARTINS DA CUNHA. —

“O Partido Socialista vem apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manuel Martins da Cunha, pai do deputado desta Assembleia Municipal, Sr. Marcelino Cunha. Em caso de aprovação deste voto de pesar, deverá ser endereçado à Exmª Família.”-----

Lamentamos muito.-----

Por último, interveio o Sr. Deputado Municipal, Marcelino Cunha, do CHEGA, fazendo a intervenção política que se transcreve:

*“Muito boa noite Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhoras e Senhores Deputados,
Demais Autarcas,
Exmo. público*

Espero que nesta assembleia de hoje, não se repitam os casos da última, confesso que fiquei desiludido e ofendido até. O que se passou é preocupante, aliás, eu fiquei preocupado com o silêncio do senhor Vereador do PS, talvez por subserviência ao PSD, com medo do PSD. E também muito preocupado com o ajoelhar do CDS, para mim, vendido ao PSD.

Muito preocupado, porque o CDS é um partido levado pelo vício do beija-mão, vício velho, desde o Freitas do Amaral, Basílio Horta e Paulo Portas, aos CDS de Esposende antigos e atuais.

Senhores líderes do CDS de Esposende, aconselho-os a concorrerem nas próximas eleições na lista do PSD, porque, irá poupar-nos trabalho. Mesmo assim, eu vou continuar a denunciar, se bem que cada denúncia é uma proposta para que se faça alguma coisa relativamente a isso mesmo. E já que ninguém o faz, continuarei eu a denunciar, tudo o que for caso com cheiro a vigarice, como por exemplo, o Museu do Sargaço, o Edifício Pérola, Obras da barra, o Portinho de pesca de Apúlia, a extração de areia junto ao Campo de Futebol de Apúlia, Campo de Futebol de Gemeses, terreno comprado para o IPCA, pavilhões para o IPCA, permutas e parcelas de terreno para servir interesses pessoais, obras no Pavilhão Desportivo de Mar, Parque da Cidade, Canal Intercetor, nós falamos com expropriados de terrenos para o canal, compra e venda de terrenos a sul do hipermercado Antas, empresas contratadas para a execução de obras, regularização de contratos com empresas, novas contratações para a mesma execução, aditamentos a contratos, caso Quinta do Comendador, e o que são terrenos da Câmara e terrenos de privados para o Parque da Cidade? Nós queremos saber.

As reabilitações no Largo Rodrigues Sampaio a nascente e a poente do Banco BPI, construções privadas nas praias de Apúlia, Fão, Esposende, Marinhas e Antas, na foz do Neiva.

Como vai ser e quem vai gerir o Ensino em Esposende?

Como vai ser e quem vai gerir a Saúde em Esposende?

Minhas senhoras e meus senhores, eu não tenho medo daquilo que falo e tenho provas daquilo que digo. Provas que guardo para memória futura.

Só como exemplo, nós falamos com a empresa contratada para as obras de saneamento das Marinhas, Museu do Sargaço em Apúlia e Escola do Facho. ACF, sa, Adelino Correia & Filhos, sa. Nós vimos e lemos o processo de contratação, nós fomos a Braga falar com a empresa.

Nós sabemos como se vai concluindo a chamada zona industrial de Fonte Boa, quatro, cinco, seis meses, para licenciamento de construções particulares, parece brincadeira.

Nós sabemos fazer buscas e guardar provas, não emprenhamos pelos ouvidos.

Anuncia-se milhões já e logo, e, proveito para a população é o que se vê, zero. Apresentam-se dossiers intermináveis sem tempo útil para análise e formulação do contraditório. Podem virar de pernas para o ar a Praceta Frei Bartolomeu dos Mártires, podem virar de norte para sul o Largo Rodrigues Sampaio, isto são obras com cheiro a vigarice.

Esposende concelho, cada vez mais parece uma terra de abandonados, onde só um tem olho.

Neste concelho nunca vi tanta trifulhice, termino citando o eterno Professor Medina Carreira, "as pessoas precisam de entender que estão a ser burladas, o país não pode continuar a ser dirigido por trifulhas.

Disse!

Se me permitem só referir a situação do arq.to Morgado, quanto à questão dos parques de estacionamento subterrâneos, devido aos níveis freáticos; eu tenho aqui uma cópia de um licenciamento de uma construção que diz: "ao dar o licenciamento de obras de construção condições de execução, zona de risco."

Muito obrigado."

Terminadas as intervenções políticas, pelas 21 horas e 35 minutos pelo Senhor Presidente da Mesa foi proposto suspender os trabalhos por 5 minutos para conferência de líderes, a fim de discutirem os assuntos apresentados no Período de Antes da Ordem do Dia.

Pelas 21 horas e 45 minutos foram retomados os trabalhos, tendo-se procedido à votação dos votos e das recomendações apresentadas, tendo-se obtido as seguintes votações:

1 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOÃO GASPAR DE SOUSA GOMES ALVES.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, SUBSCRITO PELOS GRUPOS POLÍTICOS DO PSD, CHEGA E CDS, PELO FALECIMENTO DE JOÃO GASPAR DE SOUSA GOMES ALVES.

MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.

2 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ GONÇALO FERREIRA DE AREIA.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM



**VOTO DE PESAR, SUBSCRITO PELOS GRUPOS POLÍTICOS DO PSD, CHEGA E CDS, PELO FALECIMENTO DE JOSÉ GONÇALO FERREIRA DE AREIA.-----
MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTO DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.---**

3 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MANUEL MARTINS DA CUNHA.--

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, SUBSCRITO PELOS GRUPOS POLÍTICOS DO PSD, CHEGA E CDS, PELO FALECIMENTO DE MANUEL MARTINS DA CUNHA.-----
MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTO DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.---**

4 - VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELA DISTINÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE COM QUATRO PRÉMIOS, NOS PRÉMIOS AUTARQUIA DO ANO 2022.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD; DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DO DEPUTADO DO CHEGA, E 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Os prémios que constam deste Voto de Congratulação, são prémios atribuídos a candidaturas das câmaras, que pagam 400,00€ para se poder candidatar, tem um naipe enorme de categorias para ser premiado e difícil era, que das que candidatassem, a alguma não fosse atribuído nenhum prémio fosse no que fosse. Agora, a Câmara de Esposende não fala é no ranking dos municípios, em que Esposende desceu 13 lugares, para o lugar 106, muito abaixo do primeiro terço, que é aquele onde Esposende devia estar, atendendo à dimensão e à população que tem, e portanto, esse Voto de Congratulação é que nós gostávamos de ver, era esse de comparação entre municípios, e não entre categorias candidatas pelos próprios, com pagamentos dessa candidatura.”-----

Pelo Grupo Político do CDS-PP foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Qualquer prémio de reconhecimento ao Município é sempre de saudar. Obviamente, tal como foi referido pelo Partido Socialista sobre estes prémios, houve um estudo sobre os municípios da Consultora Bloom Consulting, o qual incidiu sobre várias componentes, negócios, viver e visitar, e Esposende, no ranking deste ano, desceu quatro posições. Por isso, ainda que faça bem ao ego do Município este Voto de Congratulação, convém que não fique, por causa destes prémios, a dormir à sombra da bananeira, porque outros estudos dizem que não estamos assim melhor e, portanto, mãos à obra.”-----

5 - RECOMENDAÇÃO “PELA INCLUSÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA



MUNICIPAL, EM REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NO GRUPO DE TRABALHO PARA A ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE PERFIL ASSISTENCIAL, ÁREA DE INFLUÊNCIA E DIMENSIONAMENTO DO NOVO HOSPITAL DE BARCELOS E DO GRUPO DE TRABALHO PARA A ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE PROGRAMA FUNCIONAL”.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E, ASSIM, DAR CONHECIMENTO DESTA DELIBERAÇÃO À SENHORA MINISTRA DA SAÚDE, AO SENHOR DIRETOR DA ARS NORTE E À CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS.--

6 - VOTO DE PROTESTO PELA FORMA COMO O PROCESSO DAS DRAGAGENS FOI CONDUZIDO, EM TOTAL DESRESPEITO PELO MUNICÍPIO E PELOS ESPOSENDENSES.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 22 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E 7 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, DO CDS-PP E DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR O VOTO DE PROTESTO APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“O Voto de Protesto apresentado pelo PSD, não é mais do que, uma crise de ciúmes serôdia, atendendo que isto já se passou há meia dúzia de meses.

Ficam a saber que a draga virá na próxima semana, e não veio antes, porque a draga que existe no Plano Nacional de Dragagens não tinha capacidade suficiente para dragar em Esposende, e foi necessário vir uma do norte da Europa, o que causou grandes problemas, nomeadamente a nível de seguros.

Dentro de uma semana, quinze dias no máximo, estará a ser dragado o resto do rio Cávado. É curioso que, o PSD que fez um acordo vergonhoso com a Polis no Tribunal Administrativo, e com a empresa Cavaco, e uma outra empresa que não me recordo agora o nome, por causa dos sacos que lá pôs, os chamados geocilindros, que isso verdadeiramente foi dinheiro desperdiçado do erário público, em que se desperdiçaram milhões de euros, vir agora reclamar, da dragagem que vai ser feita, e que é absolutamente urgente, mais que necessária é urgente, porque não foi, o Senhor Presidente da Câmara a anunciá-la.

Pense Senhor Presidente da Câmara, que o mundo não gira à sua volta, gira à volta do Sol, e o senhor embora queira ser o Rei Sol, ainda não chegou lá.”-----

Pelo Grupo Político do CDS-PP foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“O CDS vota contra. Antes de mais, cumpre dizer que nós acompanhamos a questão de fundo, ou, melhor, as preocupações de fundo que foram manifestadas pelo PSD. Não obstante, votamos contra uma vez que entendemos que apresentar, neste momento, um Voto de Protesto, não será a melhor saída por parte da Assembleia. Desde logo, o facto de, na sua exposição, o PSD aludir à circunstância de, há mais de um ano e meio, ter solicitado uma reunião com o Ministro do Ambiente. Ora bem, o Governo, entretanto, mudou, há um novo Ministro do

Ambiente, pelo que parece um bocado deselegante que, ainda sem se ter conseguido promover uma reunião, estejamos já a apresentar um Voto de Protesto sobre um governante que entrou recentemente em funções. Por outro lado, em linha com aquilo que foi a primeira intervenção do CDS, na sessão da Assembleia Municipal de dezembro, este é um tipo de assunto em que, como nós dissemos, é importante que se esqueçam as diferenças, as desavenças entre poder e oposição e se unam esforços. Ou seja, sabendo que temos aqui o Partido Socialista, que é o partido do Governo, então PS e PSD locais deveriam articular-se no sentido de tentar acelerar essa reunião, usando os seus contactos, desde logo, há esposendenses que integram o Governo, em diferentes Ministérios. Concluindo, nós temos é que trabalhar nisso e não estarmos aqui a apresentar Votos de Protesto, senão, parecemos aqui uns queixinhas.”-----

7 - RECOMENDAÇÃO AO EXECUTIVO PARA ALTERAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL VERTIDA NO PONTO 02.05 DO PERÍODO DA ORDEM DO DIA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2022 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 22 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E 7 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, DO CDS-PP E DO DEPUTADO DO CHEGA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP.-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:
*“Votamos contra a proposta de recomendação do CDS, na medida em que a proposta do município constante da ordem de trabalhos sob o ponto 02.05, em nada altera os objetivos do município para o imóvel, pois, nas condições especiais da proposta em causa, fica acautelada a recuperação do edifício nos moldes que estiveram na base da sua aquisição, sem comprometer a sustentabilidade financeira do município.
A par disso, referir que, face à conjuntura atual, a alienação do imóvel é a melhor solução porque, caso seja vendido, o montante arrecadado com a venda será para aplicar noutros projetos ou investimentos a executar na freguesia de Apúlia.
Pelo que, votamos contra a proposta de recomendação do CDS.”-----*

8 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MANUEL MARTINS DA CUNHA.--

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PS, PELO FALECIMENTO DE MANUEL MARTINS DA CUNHA.-----
MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CÓNDOLENCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.---

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:
“Votamos favoravelmente o voto de pesar apresentado pelo PS, mas lamentamos que o Partido Socialista não tenha subscrito o mesmo voto de pesar apresentado pelo PSD, CHEGA e CDS, pelo falecimento do Sr. Manuel Martins da Cunha.



Pelo que, fica a atitude.-----

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:-----

Terminadas as votações das moções e recomendações apresentadas, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos senhores deputados municipais e também para a sua intervenção política, uma vez que não havia pedidos de esclarecimento relativamente à Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

*“Senhor Presidente da Assembleia,
Restante Mesa,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
Público presente,*

De forma muito sintética, tentar de certa forma elucidar, em relação às questões que foram colocadas.

Da apreciação feita e da intervenção do Deputado António Morgado, agradecer as palavras e o reconhecimento pelo trabalho feito, tentamos fazer sempre o melhor possível, na certeza de que, não conseguimos fazer tudo conforme pretendemos, mas de facto, a produtividade e tudo o que tem acontecido em termos de trabalho, é bem demonstrativo daquilo que é o empenho que nós temos colocado no exercício das nossas funções autárquicas.

Quanto à questão dos prémios, apesar do que foi apresentado, nós valorizamos q.b. estas coisas. Sentimo-nos orgulhosos e, naturalmente que os serviços pediram autorização para candidatarem os vários projetos que tinham, e eu simplesmente autorizei que eles os apresentassem, porque é uma questão também de motivação das equipas, etc.

O trabalho estava feito, portanto, não foi por via do prémio que nós fizemos o trabalho, estava executado, apresentamos e, naturalmente que há custos administrativos associados e sim, teve que se pagar à volta de quatrocentos euros por candidatura, para apreciação, que tem um júri e nós ganhamos quatro primeiros prémios e duas menções honrosas.

Estavam lá Municípios de muito maior dimensão do que o Município de Esposende, que ou não ganharam nada, ou ganharam apenas um prémio, e portanto, sentimo-nos orgulhosos com isso, mas vale o que vale, isso não é muito relevante, não é uma coisa que nós atribuíamos muita importância.

Importa sempre dizer já agora, que a Bloom Consulting, que é a tal empresa que pelos vistos vem também criticar aqui alguma coisa, ou tem também uma espécie de um ranking, mas queria fazer uma prestação de serviços de cerca de trinta mil euros, e nós não aderimos a essas coisas.

Uma coisa é apresentar uma candidatura, outra coisa é ter uma prestação de serviços para depois montar toda uma estratégia e estar muito bem classificado em termos nacionais noutra âmbito, isto são coisas completamente distintas.

Depois, no fundo, dar os parabéns aos executivos de freguesia, da União de Freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto e de Gemeses, porque efetivamente, isto já deveria estar resolvido desde

os primeiros dias a seguir às eleições autárquicas, demorou alguns meses, perdeu-se algum tempo, vamos tentar recuperar esse tempo e fazer aquilo que nos comprometemos todos com as populações.

Quanto à questão do hospital, acreditamos mesmo, e por acaso foi nesse sentido que foi apresentada a Recomendação, acreditamos mesmo que foi um lapso, se o hospital serve Esposende e Barcelos, faz sentido que estando um representante do município de Barcelos, esteja um representante do município de Esposende, até porque, nós temos mantido esta proximidade com o município de Barcelos nesse sentido. E, portanto, é apenas chamar a atenção para a situação, e será justo que assim seja e que venhamos a estar, não interessa se sou eu, ou se será um representante do executivo, mas alguém deve estar nessa Comissão para acompanhar, até porque ela tem um prazo, tem que apresentar resultados em 12 meses, é apenas um ano, portanto, é uma coisa que em princípio será para andar, e é bem-vinda, e é uma boa iniciativa por parte da Tutela e da Senhora Ministra, e portanto, queremos é estar presentes e acompanhar o processo, porque é isso que faz sentido.

Quanto às questões da barra, como é evidente, no fundo apresentam-se as novidades, se dúvidas houvesse daquilo que é a falta de respeito institucional, ela ficou mais do que patente aqui hoje, quando o Partido Socialista vem anunciar quando vem a draga, e o Presidente da Câmara, o Município, ainda não foi informado. Portanto, se houvesse dúvidas quanto a essa deturpação completa daquilo que é o desrespeito que o Governo tem, e a Tutela tem, e a DGRM em concreto tem, pelo Município de Esposende, isso é mais do que evidente. É uma pouca-vergonha, face aquilo que o Município já fez por todo este processo e continua a fazer, porque temos uma reunião dia 4, no seguimento daquilo que foi a apresentação do nosso estudo para a barra, esse sim, um estudo com pés e cabeça, elaborado pela comunidade científica e já validado por algumas das instituições que têm que dar parecer sobre aquela área. Essa reunião ocorrerá no dia 4 como disse, e lamentamos que haja estas derivações e que no fundo, haja aproveitamento político com estas coisas, mas também já estamos habituados e não é isso que nos tira o sono, muito sinceramente.

Quanto à intervenção do senhor deputado Francisco Melo, em relação ao Pérola é verdade, tudo aquilo que disse é verdade, eu reitero tudo aquilo que disse. Entretanto, nós temos que entender as coisas, a frente da praia de Apúlia está muito mal em termos do edificado, ao longo de muitos anos houve um abandono muito grande daquela zona, e tem ali alguns edifícios que têm que ser resolvidos, têm que ser melhorados, ou têm que ser demolidos, o que seja, não é o caso do Pérola. E quando nós o compramos efetivamente havia uma dupla carência, a freguesia precisava de um equipamento, de um espaço cultural, e o edifício estava lá, nessas condições e juntavam-se aqui duas circunstâncias mais favoráveis. O que é que acontece entretanto, houve uma clara alteração de prioridades, vamos ver, nós acabamos de construir, está praticamente pronto, o Museu do Sargaço, que não é apenas o Museu do Sargaço, é a antiga escola de Areia, que tem uma série de espaços lá dentro, que vão servir a população em termos culturais. Por outro lado, fomos interpelados pela Comissão Fabriqueira que quer fazer obras de monta no Salão Paroquial, que é talvez uma das maiores salas do concelho. Para quem não conhece, a parte de cima daquele edifício é enorme, leva para cima de 400 pessoas lá dentro, se retirarem uma parte que tem de umas salas de catequese, e portanto, vieram-nos pedir apoio para isso, o que também dá resposta a essa componente de um espaço mais de cariz cultural para a freguesia. Sendo certo, que lá em baixo, teríamos sempre um problema de estacionamento, estaríamos a trazer as pessoas para cima da zona da praia, e, também é verdade, que com entrada em vigor do POC, do antigo

Plano de Ordenamento da Orla Costeira, agora, Programa da Orla Costeira, impede a ampliação daquele edifício. Portanto, quem o comprar, não pode ampliar aquele edifício; isso é uma questão que está mais do que estabelecida, não pode ampliar. Portanto, teríamos que intervir só, sobre o edifício. Agora juntamos-lhe a componente financeira desta intervenção, ou seja, o edifício é nosso, é verdade, mas para pôr aquele edifício com as funções à disposição das populações, sendo certo que iríamos duplicar espaços e seria completamente incongruente, nós precisaríamos no mínimo de um milhão e meio de euros, e desafio alguém que diga que é por menos, porque é impossível, face às características daquele edifício, a sua reabilitação será certamente na ordem de um milhão e meio a dois milhões de euros.

Ora, se nós temos as outras prioridades, nomeadamente a construção do mercado em Apúlia que é fundamental, é uma política de boa gestão, entendemos nós, alienar o Edifício, desde que se consiga garantir, que o edifício, e isso está na hasta pública, tem um prazo definido para haver intervenção, um prazo curto e não pode ser para habitação própria, o que é muito importante, senão, uma pessoa com muito dinheiro podia comprar o edifício para fazer ali a sua moradia em frente à praia, nós não permitimos isso, obriga a que seja um edifício destinado a comércio e serviços, para que, de uma certa forma, esteja ao serviço da população. Mesmo sendo de um privado, mas isso não temos qualquer problema, com esse tipo de situações e é em hasta pública, será para quem der mais, na certeza de que, o dinheiro que resultar dessa venda, é para investir em Apúlia, naqueles equipamentos que eu acabei de falar, isso é muito importante. Já agora, dizer desde logo, que o prédio está a ser colocado à venda pelo valor pelo qual o adquirimos, seiscentos e doze mil euros se não estou em erro, e portanto, também sujeito a uma avaliação prévia, não vai ser vendido ao desbarato, vai ser vendido numa sala, provavelmente nesta, numa Hasta Pública, onde estarão presentes as pessoas que queiram licitar para comprar aquele imóvel, e todo o produto da venda, sejam seiscentos, setecentos, oitocentos, o que o mercado quiser dar, será para reinvestir, neste caso em Apúlia. Assim como todos os outros prédios, está garantido isso, o reinvestimento nas respetivas freguesias. Portanto, de uma certa forma mantivemos aquilo que era o desiderato inicial que é, conseguir que alguém faça a reabilitação do edifício, melhorando o aspeto da frente da praia de Apúlia, colocá-lo ao serviço da população e, aproveitar a verba do produto da venda, para reinvestir em coisas que nós entendemos e que os próprios programas que foram de uma certa forma sufragados nas eleições autárquicas, têm lá isso escrito, quer uma coisa quer outra; portanto, estamos a ir ao encontro daquilo que são as nossas promessas. Melhorar aquele edifício, implicava conseguir verbas de cerca de um milhão e meio, a dois milhões de euros, e não deixaríamos de tentar apoiar as outras na mesma. É um esforço financeiro muito grande, não havendo neste momento qualquer perspectiva de financiamento para esse tipo de intervenções. Ou seja, seria um esforço totalmente por parte do município e estaríamos claramente a alterar prioridades. Entendemos que assim, conseguimos atingir os mesmos objetivos, com uma melhor gestão financeira da "coisa".

Da intervenção do senhor Marcelino, eu só tenho que lamentar, tudo o que nós fizemos é uma trifulhice e uma ilegalidade, eu não sei se podemos fazer mais alguma coisa, porque tudo o que nós fazemos, apesar de todo o escrutínio, eu acho que, muito sinceramente, se as pessoas tivessem consciência do quanto nós somos escrutinados em todos os procedimentos que fazemos, aliás isto é um insulto aos trabalhadores do município, porque as pessoas, todos estão comprometidos com estas situações, todas as pessoas que assinam, que fazem as avaliações, todos esses trabalhos, são umas dezenas de trabalhadores, que no fundo, são insultados por este tipo de declarações que aqui são feitas, que são tudo ilegalidades.

Nós temos que trabalhar, as coisas têm que andar para a frente, mas tudo o que se compra, tudo o que se vende, olhe eu estou aqui a falar de uma Hasta Pública até, de venda, mas eu posso-lhes dizer, que o município adquiriu muito mais prédios em termos de investimento, do que aquilo que é o produto da venda destes que estamos a fazer.

Nós compramos a Estação Rádio Naval, quase um milhão de euros, compramos a casa Manuel de Boaventura, cento e cinquenta mil euros, e compramos ao Estado, espero que também não pense que demos luvas a alguém no Estado para comprar, foi comprado ao Ministério das Finanças e foi altamente escrutinado, e pagamos a pronto, deram-nos a oportunidade de pagar com 5% de juros, que é roubar dinheiro ao município, isto a proposta do Estado ao município, e nós pagamos a pronto, porque se não, teríamos que pagar ao fim de 15 anos que era o prazo que nos davam com juros de 5%, que eram cerca de trezentos mil euros de juros, eu entendi que não devia deixar esse encargo para quem viesse a seguir, e pagamos a pronto. Compramos esse prédio, acabamos de comprar um prédio em Antas, para o Clube de Caça e Pesca, temos feito isso, compramos um prédio para alargamento do cemitério das Marinhas. Nós vamos investindo naquilo que é necessário, que nos comprometemos com as pessoas e alienamos aquilo que não tem interesse para o município, prédios que estão aí há anos e só nos dão despesa. Temos aqui uma casa na Rua da Senhora da Saúde em que já gastamos dinheiro, a primeira vez porque se começou a desmoronar, caíram umas pedras para a rua, um perigo enorme, e o município tem que cuidar do seu património. Lançamos uma pequena empreitada para repor as paredes, em termos de segurança. Agora por último, havia uma infiltração na casa do vizinho, porque já nem cobertura tem, mais uma empreitada para impermeabilizar a parede, e tem que ser, somos obrigados a isso. Para que é que interessa ter aquela casa, pergunto eu. É melhor despachá-la, vendê-la, ir para a mão de alguém que a queira reabilitar, e, com o produto da venda, fazer as obras que nós nos comprometemos com a população.

Isto é um ato de coragem, eu não vi nenhum município, não conheço, mas haverá, a fazer uma Hasta Pública de património. O que é que interessa, prédios que há 20, 30 anos vieram parar à esfera do município, por permutas, pelo que fosse, não fui eu que os comprei todos, aliás o único que compramos, que até temos alguma legitimidade para o revender é o Pérola precisamente, porque o resto foram todos comprados fora do meu tempo.

Se não servem agora, se não têm interesse, vamos aliená-los, os que têm interesse vamos utilizá-los para a nossa estratégia. Isto é tão simples quanto isso, processo mais transparente do que, utilizar uma Hasta Pública, e não vai parar por aqui, nós continuamos a fazer uma análise ao nosso património, aquilo que não tiver interesse será para alienar, porque até estamos numa boa altura para isso, e utilizar o dinheiro nas próprias freguesias. Isto é uma coisa tão básica, que se faz na nossa casa, que se faz nas nossas empresas, e que tem que se fazer no município, no âmbito de uma boa gestão. A ideia de que, enfim, nem há muitos comentários a fazer, é uma atitude, é uma postura, mas está errada senhor deputado, está errada, porque parte da premissa de que tudo o que se faz, se eu o pudesse pôr no meu gabinete ao meu lado, a tomar as decisões comigo, perceberia que as coisas não são assim. Mas enfim, criará na sua ideia, aquilo que entende que é a sua realidade, mas não é a realidade de todo.

Depois, há aqui uma série de perguntas do senhor deputado Francisco Melo, e agradeço a forma como as deixou, que assim poupou-me aqui algum trabalho.

Senhor deputado, do canal interceptor, a empreitada inicial, a primeira empreitada está suspensa, portanto, foi suspensa em setembro, entretanto foi elaborado um novo procedimento

e, nós estamos com um problema aqui que é, o nosso Chefe de Divisão da parte da Divisão de Obras Municipais, infelizmente tem uma doença muito grave, está afastado da Câmara há algum tempo, neste momento está de baixa mesmo, e portanto, isso está a criar-nos alguma dificuldade na orientação deste processo, mas eu acredito que até final do ano, em princípio, tudo isto estará sanado e resolvido. A ideia é levantar a suspensão relativamente à obra inicial e executar os trabalhos que estão em falta, acreditamos que até ao final do ano, ou até mais cedo poderá estar resolvido.

Quanto à obra de saneamento básico na Rua dos Portais do Poço em Belinho e na Rua da Adfora em Mar, tenho a alínea d), tinha a a), a b), a c), eu tenho a d) que é a indisponibilidade da empresa, porque, como deve imaginar, a empresa deu o preço para o arranque da empreitada, não conseguiu iniciar a empreitada de imediato, entretanto, o mercado transformou-se naquilo que se transformou, e todos os municípios estão a ter graves problemas com isso, do pedido de reequilíbrio financeiro dos contratos. Portanto, as coisas subiram, as empresas têm direito a isso; e começaram a pedir isso, e nós nunca pagamos porque não havia legislação que enquadrasse esses pedidos. Nós não podíamos pagar porque sim, ou porque nos pediam o dinheiro, não podíamos pagar, não pagamos.

Não pagamos, não começaram, mas nós também não podíamos pagar sem saber o que pagar. Entretanto saiu legislação específica em relação a isso, o próprio Governo sentiu necessidade de legislar e dizer como é que se podia fazer o reequilíbrio financeiro dos contratos.

Existe legislação, ainda não fizemos isso, estamos agora a avaliar a situação, e em função daquilo que for o correto e legal, é que nós vamos chegar a um acordo com a empresa, e nessa altura é que reiniciará as empreitadas, não tem a ver com nenhuma das alíneas que disse, muito menos incompetência, nós não podíamos era pagar à empresa um valor, quando ainda não sabíamos quais os valores em causa. Mas isto vai acontecer em todas as empreitadas que estão em curso neste momento. As que foram lançadas agora a concurso já não será assim, a não ser que a tendência seja continuar a subir, mas para isso há as revisões de preços. Para as que já estavam em curso, vai haver de certeza estes pedidos por parte das empresas de reequilíbrios financeiros dos contratos, e isto, é extensível a todos os municípios, não é só em Esposende como deve imaginar.

Relativamente ao Estádio Municipal Padre Sá Pereira, não foi vendido obviamente, o Estádio é Municipal, o que nós temos, é o objetivo de lançar uma Zona Desportiva Municipal.

Para financiar a construção dessa Zona Desportiva Municipal, que será naquela zona, penso que já o disse aqui, mas repito, entre a Avenida dos Banhos e o aglomerado urbano de Cepães, é nossa intenção que ali se fixe, e portanto, vamos lançar então esse concurso, para colocar lá esse espaço, onde será construído o Estádio Municipal.

Obviamente que só quando for construído o novo Estádio Municipal, é que nós poderemos alienar, isto é, retirar a Associação Desportiva de Esposende do Estádio atual, como é evidente, não podiam deixar de praticar desporto durante um, ou dois anos, ou três, quanto tempo demorasse. Portanto, o que estará em causa é, no âmbito daquilo que será a engenharia financeira necessária para alavancar essa obra, quer seja com Fundos Comunitários, algum empréstimo que a Câmara tenha que fazer, e entrará com toda a certeza a verba que nós pretendemos arrecadar com a venda desse espaço, mas para já isso não aconteceu, aliás, nem podia ter acontecido, porque seria sempre um processo público e de conhecimento público.

Portanto, não foi alienado, agora o que há, é já um acordo, uma informação que foi feita, uma reunião com a Associação Desportiva de Esposende, com a sua Direção a dizer-lhes exatamente o que é que estava em causa, e o que virá a acontecer.



Falou de um pavilhão desportivo, nós temos um problema de Vila Chã para resolver, não sei se conhece, mas é um edifício que está ainda devoluto, está ali parado, ficou interrompida a construção, é preciso mais de um milhão de euros para o terminar, será para nós prioritário, antes de pensarmos num outro espaço, de qualquer maneira temos o Pavilhão de Fão, que já está na área de gestão da Esposende 2000, e temos os pavilhões das escolas, que temos que os aproveitar cada vez melhor, atendendo a que agora, esses espaços são precisamente do Município. Aliás, está aqui um Protocolo à frente, na Ordem do Dia, que define exatamente isso, até tem lá regras específicas para a utilização dos pavilhões, quem paga, quem não paga, e queremos aproveitá-los melhor e colocá-los ao serviço da comunidade.

Relativamente à Estrada Nacional 13, a reabilitação como sabe é da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, não é nossa, nós temos reunido com a Infraestruturas de Portugal, conseguimos agora a intervenção na ponte, portanto, vão fazer uma intervenção de requalificação da Ponte D. Luís Filipe, estão a fazer a pavimentação da A28, não é a IP, mas é o concessionário da autoestrada, e, a EN 13, será em princípio reabilitada. Eles voltaram ao projeto, estão a melhorar o projeto inicial que era para ter sido executado em 2016, e dizem-nos que até final do ano em princípio, será lançado o concurso. Estamos a contar com isso, mas não é uma responsabilidade do município.

A última situação, da inacessibilidade a espaço público vedado pelo Clube Náutico de Fão.

A APA não questionou o município em concreto, terá questionado o Clube Náutico de Fão, nós entretanto pedimos um parecer, para saber se o que ali estava fazia algum sentido ou não, e, é um assunto que está na nossa mão para tentar, aliás o senhor Vereador do Partido Socialista tem perguntado por esse assunto também, nas reuniões de Câmara e é um assunto que temos que clarificar rapidamente. Mas a APA não nos questionou a nós, aliás era o que faltava, quem tem jurisdição daquela zona são eles, não somos nós, nós é que os podemos questionar a eles.

Mesmo para terminar, do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens de Esposende 2022-26, foi aprovado precisamente hoje, isto para dizer, que todas as iniciativas que nós temos para as crianças, estão devidamente articuladas e foi aprovado hoje, a senhora Vice-Presidente depois poderá dar uma explicação mais cuidada, se assim entender, sobre este assunto. Portanto, tudo aquilo que vamos fazendo em prol das crianças e desses eventos está devidamente articulado numa estratégia municipal.

Obrigado!"

De seguida, pediu a palavra o Senhor Vereador Luis Peixoto para intervir em Defesa da Honra, pelo que havia sido referido pelo deputado municipal Marcelino Cunha, nos seguintes termos:

"Não é normal o Vereador da oposição falar e sobretudo em defesa da honra, e por não ser normal, eu admito que o senhor Marcelino Cunha, seja pela sua falta de experiência nestas funções, que leva a colocar um punhal nas minhas costas, porque realmente não fosse a anuência do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu não estava aqui defender-me, sabe disso. Portanto, considere que me apunhalou pelas costas e nesse sentido, eu creio que o senhor ainda vai a tempo de corrigir alguns comportamentos e digo-lhe que, se na realidade quer ganhar votos, não é com fel mas é com mel que se apanham as abelhas. O senhor põe em causa a minha atuação como oposição, eu aconselho-o a frequentar as reuniões públicas de câmara, e aconselho-o a fazer uma sebenta das atas das restantes reuniões, e com base nisso, seguramente terá outro tipo de comportamentos e melhores comportamentos.

Muito obrigado!"-----

Terminado este Período e antes de entrar no Período da Ordem do Dia, o Presidente da Mesa informou nos termos regimentais o público presente, que se podia inscrever junto dos serviços, caso não o tivessem feito previamente, para intervenção no Período de Intervenção do Público, no final da presente sessão. De seguida passou ao Período da Ordem do Dia.-----

02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

02.01 – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2021, NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTIGO 76º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 09 de junho de 2022, foi presente na sessão para deliberação, o Relatório de Consolidação de Contas do Grupo Público do Município de Esposende, relativo ao Ano de 2021. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto, tendo o senhor deputado Francisco Melo colocado algumas questões, às quais o Senhor Presidente da Câmara respondeu prontamente.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 21 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 5 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DO DEPUTADO DO CHEGA, E 2 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, APROVAR O RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2021.-----

Não participou na discussão e votação do assunto, por se encontrar legalmente impedida, Jaqueline Casado Afonso Areias.-----

Apresentaram declarações de voto o Grupo Político do PS e o deputado municipal do CHEGA.

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Há anos, mais do que um mandato, que dizemos que as contas do município de Esposende andam marteladas. Agora é o próprio Revisor Oficial de Contas da Câmara que admite reservas nas contas. Com tudo estamos convencidos que o problema das contas não se resume a um milhão seiscentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e vinte e oito euros, como refere o parecer do ROC, mas, infelizmente é bem maior.

Existe uma grande litigância da obra do rego, aberto à volta de Esposende, que ainda está por resolver, e da incompetência da maioria que está à frente do Município, desse modo votamos



contra. -----

Pelo deputado municipal do CHEGA foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"O Partido Chega vota contra.

Ano após ano, vê o auditor das contas do município a emitir sucessivos pareceres com reserva. Qualquer gestor sabe que um parecer com reservas é sinónimo de contas que necessitam de retificações positivas.

Se o município goza de tão boa saúde financeira, das duas uma:

Ou o auditor se enganou.

Ou alguém anda a aldrabar o povo. Recordo mais uma vez o Professor Medina Carreira."-----

02.02 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL REFERENTE AO PROJETO 2019 I 14 - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO "IPCA", EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO E NOS ARTIGOS 6.º, N.º 1, ALÍNEA C) DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de junho de 2022, foi presente na sessão, para aprovação, a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente ao PROJETO 2019 I 14.- Construção do Edifício "IPCA", em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Repartição de encargos:

2022: ... € 1 156 642,00

2023: ... € 2 423 475,00. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, E 5 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL REFERENTE AO PROJETO 2019 I 14 - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO "IPCA", EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO E NOS ARTIGOS 6.º, N.º 1, ALÍNEA C) DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.

REPARTIÇÃO DE ENCARGOS:

2022: ... € 1 156 642,00

2023: ... € 2 423 475,00.-----

Apresentaram declarações de voto o Grupo Político do PS e o deputado municipal do CHEGA.

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“O assunto IPCA está envolto ao longo dos anos num conjunto de trapalhadas, enganos e embustes. A proposta ora efetuada, pretende fazer uma regularização segundo diz, devendo as remissões feitas para o ponto 8.3.2 do POCAL entretanto revogado, estou a citar a proposta. Ora essas alterações legislativas há muito que foram feitas e não agora como afirma a proposta, acresce que não concordamos com o rumo que está previsto na parceria entre o IPCA e a Câmara, pois é de máximo benefício para o IPCA e que na relação custo-benefício é altamente desfavorável para o município. Desde a compra do pavilhão na chamada Zona Industrial de Esposende, até à construção dos edifícios para o IPCA junto à capela de Nossa Senhora da Saúde, aproxima-se já dos cinco milhões de euros de encargos da Câmara, fatura que tende a subir e de retorno muito diminuto para o município, desse modo votamos contra.”-

Pelo membro do CHEGA foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“O Partido Chega vota contra.

Pois sendo mesmo uma mera formalidade para um cumprimento legal, o município aumenta o valor a dotar de um projeto já aprovado sem que seja justificado a esta assembleia.

E como continuamos com os pareceres com reserva dos auditores das contas do município, não podemos aceitar o novo aumento de despesa e/ou por conseguinte um pedido de financiamento externo.

O Chega nada tem contra o ensino superior no concelho desde que exista.”-----

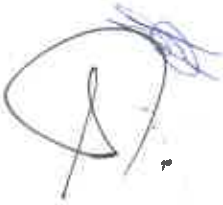
02.03 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2022, AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 28.º E 29.º DA LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS, APROVADA PELA LEI N.º 35/2014, DE 20 DE JUNHO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 09 de junho de 2022, foi presente na sessão, para aprovação, a 1ª alteração ao Mapa de Pessoal para 2022, ao abrigo do disposto nos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, E 1 ABSTENÇÃO DO DEPUTADO DO



CHEGA, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DA 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2022, NOS TERMOS DESCRITOS NA PROPOSTA.-----

Apresentou declaração de voto o Grupo Político do PS.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“A presente proposta devia ser intitulada “Bem-vindos ao maravilhoso mundo da laranja”. Um concelho pequeno, com um quadro de pessoal com 508 pessoas, a que crescem empresas municipais, com o seu próprio quadro, Esposende Ambiente, Esposende 2000, avançados, prestadores de serviços vários, um verdadeiro exército laranja, para satisfazer clientelas, os chamados empregos para os laranjinhos, e que conta ainda, com um exército na reserva, composto por aqueles que são postos de lado, por se recusarem a ser lacaios do poder, alguns dos quais têm ordem para nem se deslocarem às instalações municipais, estando em teletrabalhado, por alegadamente não terem instalações disponíveis para albergar esses funcionários. Não se venha com a desculpa da transferência do pessoal dos quadros das escolas e outros ao abrigo da transferência de competências do Estado para as autarquias, porque esta proposta vai muito para além da acomodação desse pessoal. Os gastos com pessoal, prestadores de serviços e outros contratados, é brutal. Apesar do exército de laranjinhos que consomem o erário público municipal, grande parte do serviço, projetos, etc, são contratados fora do município, o que claramente manifesta desconfiança do poder nos funcionários municipais. Acresce a esse exército de laranjinhos, um outro na reserva, composto pelos funcionários que estão postos de lado pelo poder, porque não gostam deles, ou porque se recusam a fazer fretes. Alguns desses funcionários até estão em casa com a desculpa do poder, de que não têm condições físicas nos edifícios municipais para os albergar. Importa fazer a pergunta, e onde vão albergar os que ainda querem admitir? Há uma expressão antiga para qualificar o desperdício e má gestão que dizia: “A Ordem é rica e os Frades são poucos”. No caso de Esposende é o inverso, a Ordem é pobre e os Frades são muitos. Incapacidade, má gestão, desperdício, compadrio, favorecimento político, e outras atitudes do género, resultam em mais um disparate como a proposta que foi votada, desse modo votamos contra.”-----

02.04 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA CONSTITUIÇÃO DO JÚRI PARA RECRUTAMENTO DE DOIS TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DO 2º GRAU, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 13º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 26 de maio de 2022, foi presente na sessão, para aprovação, proposta para constituição do júri para recrutamento de dois titulares de cargos de direção intermédia do 2º grau, ao abrigo do disposto no artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29/08. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, E 1 ABSTENÇÃO DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA CONSTITUIÇÃO DO JÚRI PARA RECRUTAMENTO DE DOIS TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DO 2º GRAU:

- CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA;

- CHEFE DA DIVISÃO DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO,

CUJOS ELEMENTOS SÃO INDICADOS TENDO EM CONTA OS SEUS RECONHECIDOS MÉRITO PROFISSIONAL, CREDIBILIDADE E INTEGRIDADE PESSOAL, DEMONSTRADOS AO LONGO DAS SUAS CARREIRAS PROFISSIONAIS:

PRESIDENTE: DR. RUI MANUEL MOUTINHO FERREIRA, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE AMARANTE;

VOGAIS EFETIVOS: ARQ. JOSÉ AURÉLIO ALVES PINHEIRO GARCIA FERNANDES, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E ENG. JOÃO MANUEL DA SILVA LEITE, CHEFE DA DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE;

VOGAL SUPLENTE: DR.ª ELSA MANUELA RAMIRES E SÁ, CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL.-----

Apresentou declaração de voto o Grupo Político do PS.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“A presente proposta é o aposto ou continuado da anterior:

Uma câmara a rebentar pelas costuras de funcionários, vai buscar para Presidente do júri, um prestador de serviços.

O caso do Dr. Rui Moutinho, é um caso paradigmático que define esta Câmara. O Dr. Rui Moutinho é um técnico manifestamente competente, e pertence aos quadros da Câmara de Esposende. Só que, apesar de tão competente, a Câmara autorizou, que ao abrigo do regime da mobilidade, se encontre a trabalhar na Câmara de Amarante. Como era tão competente, a Câmara celebrou um contrato com o Dr. Rui Moutinho, a pagar-lhe salvo erro mil e quinhentos euros, mais IVA, acho que é mais qualquer coisa, mas já vou pelos mil e quinhentos euros, mais IVA, por mês, em regime de avença. Mas se o Dr. Rui Moutinho era tão imprescindível, porque concordou com a sua ida para Amarante?

Mas não se fica por aqui, o Dr. Rui Montinho é Guru da empresa que presta formação aos funcionários da Câmara de Esposende.

Os antigos diziam que era ganhar a dois carrinhos, estavam muito desatualizados, pode-se ganhar a três e mais carrinhos.

Como o Presidente da Câmara não confia em mais ninguém para Presidente do júri, o Omnipresente Moutinho, apesar de ser um prestador de serviços, vai escolher os candidatos.

Ao que chegou Esposende.

Por todo o exposto votamos contra.”-----



02.05 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DE ALIENAÇÃO DOS IMÓVEIS IDENTIFICADOS NO AVISO DE PROCEDIMENTO ANEXO À PRESENTE PROPOSTA, COM RECURSO À HASTA PÚBLICA, NOS TERMOS E CONDIÇÕES CONSTANTES DA REFERIDA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUALIZADA, BEM COMO, PARA AUTORIZAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA DOS IMÓVEIS OBJETO DE ARREMATACÃO EM HASTA PÚBLICA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de junho de 2022, foi presente na sessão, para aprovação, proposta para autorização de alienação dos imóveis identificados no aviso de procedimento anexo à proposta, com recurso à hasta pública, nos termos e condições constantes da mesma, ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atualizada, bem como, para autorização de adjudicação definitiva dos imóveis objeto de arrematação em hasta pública. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 22 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E 7 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, DO CDS-PP E DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, PARA AUTORIZAÇÃO DE ALIENAÇÃO DOS IMÓVEIS IDENTIFICADOS NO AVISO DE PROCEDIMENTO ANEXO À PRESENTE PROPOSTA, COM RECURSO À HASTA PÚBLICA, NOS TERMOS E CONDIÇÕES CONSTANTES DA REFERIDA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUALIZADA, BEM COMO, PARA AUTORIZAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA DOS IMÓVEIS OBJETO DE ARREMATACÃO EM HASTA PÚBLICA.-----

Apresentaram declarações de voto o Grupo Político do PS, do CDS-PP, o deputado municipal do CHEGA e o Grupo Político do PPD-PSD.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"Iniciava por uma confissão feita pelo Senhor Presidente da Câmara durante esta Assembleia, e se, o sistema informático de gravação, não voltou a estragar-se, deve estar gravada. É que o Senhor Presidente da Câmara disse há pouco, dadas as dificuldades nos procedimentos burocráticos que agora existem, que andava há um ano a preparar a Hasta Pública, para venda dos imóveis, nomeadamente a questão do Pérola.

O que significa que quando foi a eleições, a 26 de setembro do ano passado, enganou a população do concelho, enganou os esposendenses, principalmente os apulienses, porque nunca disse que ia vender o Pérola. Pelo contrário, até disse que ia ouvi-los sobre as intenções deles para o Pérola.

Se houvesse necessidade de escolher um exemplo de desnorte, falta de estratégia, incompetência e populismo, tudo numa única proposta, esta é um exemplar.

O PS volta contra a proposta, embora o fundamento da nossa decisão varie consoante os prédios cuja venda é proposta. Assim, quanto aos lotes situados em Forjães, somos contra a venda dos mesmos, da mesma forma que o fomos em 2007, quando a Câmara pretendeu vendê-los e voltou atrás nesta assembleia, com essa intenção. O terreno foi adquirido pela Câmara há cerca de 30 anos para um estabelecimento de ensino. Situa-se junto a um outro estabelecimento de ensino e o terreno onde se situa, pode e deve ser transformado para uso público, por exemplo, um parque ou outra sugestão que seja mais apropriada.

Sempre para um fim de uso público, não para especulação imobiliária.

É curioso que o atual Presidente da Câmara, na altura estava na Junta de Forjães, que votaram contra a venda, incluindo a Assembleia de Freguesia de Forjães, por unanimidade.

Quando era membro da Junta, era contra a especulação imobiliária, agora enquanto Presidente da Câmara é a favor.

Quanto ao edifício Pérola em Apúlia, é assim conhecido, vou-me referir a ele como edifício Pérola, este mesmo Presidente da Câmara comprou com as maiores promessas para o mesmo, para ganhar eleições e enganar o povo de Apúlia, até prometeu que o povo de Apúlia seria auscultado sobre o que fazer no edifício. Agora que está no último mandato e não vai prestar mais contas aos eleitores, e não pode ser mais candidato à Câmara de Esposende, pelo menos, sem um hiato, pretende vender o edifício para especulação imobiliária.

O edifício Pérola pode e deve ser mantido na esfera patrimonial do Município e ser nele instalados serviços públicos, como a sede da junta, um auditório, loja do cidadão, que aliás a Câmara está a pagar renda numas lojas na Avenida da Praia, e essas lojas podiam e deviam estar no edifício Pérola. Não deve é ser retirado o seu uso ao povo da Apúlia, para ser mais um negócio imobiliário como muitos outros, em benefício dos mesmos do costume.

Os prédios urbanos no centro de Esposende, deviam ser utilizados pela Câmara, no âmbito de uma política de habitação social, recuperando-os e vendendo-os a custos controlados a jovens casais com rendimentos até determinado valor, e com a obrigatoriedade de não os alienar durante o prazo de x anos, sob pena de reversão para o Município, de modo a repovoar o centro da cidade, que está a ficar deserto de habitantes.

Recordo que esta Câmara não fez uma única casa de habitação social, nem esta, nem nos mandatos anteriores desde que este Presidente está na Câmara.

Estas são na essência, as razões para votarmos contra esta proposta de venda dos imóveis municipais identificados."

Pelo Grupo Político do CDS-PP foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

"Nós votamos contra, por causa da inclusão do edifício Pérola. Agradeço, desde já, ao Senhor Presidente da Câmara, os esclarecimentos que prestou relativamente a esta matéria, e, não obstante os mesmos, mantemos o nosso entendimento de que este edifício não deveria constar da listagem dos imóveis. O Senhor Presidente falou de uma alteração de prioridades, pois bem, se no início tinha referido que queria auscultar a comunidade de Apúlia, quanto ao destino a dar àquele edifício, perdeu, infelizmente, uma boa ocasião para lançar, por exemplo,

um referendo junto da comunidade de Apúlia, no sentido de saber que prioridade é que a Câmara deveria tomar, isto é, vender o edifício e apostar noutros investimentos, ou, pelo contrário, apostar de facto na requalificação do edifício Pérola. Doutro modo fica esta imagem de um Presidente que, ao longo de vários anos, sempre afirmou ter uma ideia para o edifício, e de facto, no ano das eleições esta questão de alteração de prioridades não foi trazida a lume, e agora apresenta-nos a saída do edifício Pérola da esfera do Município, sem honra nem glória, o que lamentamos, razão pela qual votamos contra.”-----

Pelo deputado municipal do CHEGA foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:
“O Partido Chega vota contra, porque não tem informação fiel do custo do património a alienar. E com base no pressuposto de que investimento sem retorno é mau investimento, quer saber quais os proveitos para os municípios.”-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:
“Os deputados do grupo político do PSD na Assembleia Municipal de Esposende votam favoravelmente a proposta de autorização de alienação dos imóveis identificados no aviso de procedimento anexo à proposta do executivo, com recurso à hasta pública, porquanto: Sendo o Município de Esposende detentor de um conjunto de bens imóveis que atualmente não se encontram afetos à satisfação de qualquer necessidade pública específica. Sendo, também, um dever da autarquia, enquanto defensora do interesse público, promover a alienação dos seus bens imóveis que não estejam a ser utilizados, ou que, mesmo que se anteveja uma utilização pública dos mesmos, necessitem de investimentos avultados, face à utilização pretendida, representará um bom ato de gestão promover a alienação desses imóveis, principalmente por estarmos perante um conjunto de imóveis, na sua maioria devolutos, que se têm traduzido em despesas adicionais e constantes para o município. A alienação dos imóveis aqui em causa resultará, caso as vendas se concretizem, numa receita para o município estimada em mais de 1,3M€. Um montante que, segundo a proposta, será aplicado em investimentos nas freguesias onde se situa esse património de modo a alavancar outros projetos que se coadunem com a estratégia delineada pelo município e que vão ao encontro dos compromissos assumidos com as populações. Importa relembrar que o Município, ao longo dos últimos anos, tem adquirido outros imóveis, estes sim ajustados à sua estratégia e compromissos, num valor muito superior ao aqui em causa. De referir ainda que, no que respeita ao edifício Pérola em Apúlia, a sua alienação justifica-se amplamente não só pelo que aqui dissemos em relação aos restantes imóveis, mas também, pelo facto de, face à atual conjuntura, mantendo os pressupostos que estiveram na origem da sua aquisição que se traduzia numa intervenção de carácter geral e que permitisse a sua recuperação global sem comprometer a sustentabilidade financeira do município, permitisse devolver aos apulienses um edifício cuja utilização só poderá passar pela instalação de projetos relevantes de comércio ou serviços, importantes para o desenvolvimento económico do concelho, conforme resulta das condições especiais da proposta do município. Por tudo isto, o grupo político do PSD vota favoravelmente a proposta da Câmara Municipal.”-----

De seguida, pediu a palavra o Senhor Presidente da Câmara para intervir em Defesa da Honra, nos seguintes termos:

“O senhor deputado do Partido Socialista, Tito Evangelista, tem muito por hábito criar um enredo, e depois desenvolve uma teoria à volta daquilo e acha que aquilo que é verdade, e tenta dizer isso às pessoas, e eu já ouvi aqui tanta barbaridade hoje da sua boca, que sinceramente, nem me incomodava muito, porque pode dizer aquilo que entender, está no espaço da sua liberdade democrática, pode dizê-lo. Agora, o que não pode é dizer que eu enganei as pessoas, como é que o senhor pode aqui afirmar, que por eu estar a preparar a Hasta Pública, o prédio Pérola estava incluído nessa Hasta Pública há um ano atrás?

Eu disse aqui agora há pouco que, atrasámos precisamente os prédios que não estavam em condições de entrar em Hasta Pública. O Pérola foi adquirido por nós, estava em plenas condições, se eu quisesse alienar o Pérola podia tê-lo feito há muito tempo, a questão é que não é esse o nosso objetivo. Só que entretanto, durante o processo eleitoral, vamos conversando, vamos falando, outras coisas surgiram, os programas eleitorais foram feitos para aquelas eleições autárquicas e, entretanto houve reuniões de seguida, e chegou-se a essa conclusão que talvez fosse a melhor decisão a tomar. Agora, não pode aqui afirmar, até talvez há mais de um ano, já há muito tempo que nós falamos, está aqui a Dr.ª Elsa Ramires sabe bem do que estamos a falar. O que nós detetamos é que tínhamos muito património que estava desadequado aquilo que era a nossa estratégia, e tínhamos que fazer algo para resolver isso. No seu todo, estes não são os últimos prédios que vão a Hasta Pública posso-vos garantir, nós tentaremos expurgar de tudo aquilo que é o universo, dos prédios que fazem parte do Município, aquilo que é dispensável. Não tem aqui, prédios, que eventualmente possam ser dedicados à habitação. Nós temos uma Estratégia Local de Habitação e pretendemos desenvolver projetos integrados, e aproveitar alguns dos terrenos que temos nas freguesias para isso, e temos isso para todas as freguesias. Não vamos ter dinheiro para fazer em todo o lado ao mesmo tempo, que as verbas que nos deram não chegam para tudo, claro que há outros prédios, nós temos em muitas das freguesias, nomeadamente em Apúlia, que não queremos alienar, porque vamos lá construir, precisamente edifícios para as pessoas.

Portanto, não pode dizer que este prédio estava incluído há um ano atrás, porque não estava, não fazia parte dessa decisão, e não pode dizê-lo porque nós não enganamos a população de Apúlia. Há aqui uma questão, foram as próprias pessoas de Apúlia que vieram ao nosso encontro, no sentido de nós fazermos outro tipo de intervenções. E foram sanadas aquelas questões, que estiveram na origem da sua aquisição. Isso foi explicado há pouco na minha intervenção. Portanto, que fique bem claro, nós não o fizemos, à data não era intenção do município, que este imóvel integrasse esta Hasta Pública, assim como não era intenção outros que aqui estão, entretanto fomos ajustando e alguns ficaram para trás, porque não podemos estar à espera de ter, tudo isso revisto, vamos avançar agora com esta Hasta Pública, vamos ver se temos sucesso, vamos ver como é que o mercado reage à oferta dos imóveis e, depois, vamos vendê-lo até onde podemos ir e aquilo que é razoável, e que será naturalmente, votado em sede de Câmara Municipal, e pela Assembleia, estaremos também atentos à sensibilidade dos senhores Presidentes de Junta, etc, isso será para nós sempre muito importante. Mas, não podia deixar passar isto, porque não é verdade que nós tenhamos enganado as pessoas de Apúlia, agora já sabemos, que o senhor deputado vai fazer disto, aquilo que tem feito sempre, que é, um cavalo de batalha, para tentar fazer ver às pessoas de Apúlia que estão prejudicadas, pois eu garanto às pessoas de Apúlia, que as pessoas de Apúlia não estão prejudicadas, e no final do dia terão um conjunto de intervenções na sua Freguesia, que valorizarão muito a vila de Apúlia.”



Pediu também a palavra o Deputado Municipal Tito Evangelista e Sá, para intervir em Defesa da Honra, nos seguintes termos:

“Eu quero dizer que não considero que tenha ofendido a honra ao Senhor Presidente, quando disse que ele que enganou a população de Apúlia. Porque isso é uma observação política, perfeitamente normal. O que não é normal, é o Senhor Presidente da Câmara vir para aqui dizer que eu crio enredos, para depois justificar o que pretendo. Eu não crio enredos, eu falo em factos, e que é um facto, que o senhor disse, que o povo de Apúlia é que ia dizer o que queria para aquele edifício, é. E nesse queria para o edifício, não estava incluído a venda do edifício, isso nunca foi falado, pelo contrário.”-----

02.06 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO SERVIÇO DE INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 12 de maio de 2022, foi presente na sessão para aprovação, o Regulamento Municipal do Serviço de Intervenção Psicológica, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Colocado o assunto à discussão, o Senhor Presidente da Câmara passou a palavra à Senhora Vice-Presidente que tem esta área funcional, tendo a mesma feito uma explicação sucinta, sobre esta matéria.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, E 5 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO SERVIÇO DE INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.-----

02.07 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO PRÉMIO LITERÁRIO MANUEL BOAVENTURA, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 12 de maio de 2022, foi presente na sessão para aprovação, o Regulamento Municipal do Prémio Literário Manuel Boaventura, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à

minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, o Senhor Presidente da Câmara passou a palavra à Senhora Vice-Presidente que tem esta área funcional, tendo a mesma feito uma explicação sucinta, sobre esta matéria.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 28 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, E 1 ABSTENÇÃO DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO PRÉMIO LITERÁRIO MANUEL BOAVENTURA, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.-----

02.08 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DO CENTRO DE NEGÓCIOS, QUE PASSARÁ A DESIGNAR-SE POR REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DA START ESPOSENDE, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de junho de 2022, foi presente na sessão para aprovação, o Regulamento Municipal de Funcionamento e Utilização do Centro de Negócios, que passará a designar-se por Regulamento Municipal de Funcionamento e Utilização da Start Esposende, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, o Senhor Presidente da Câmara passou a palavra ao Senhor Vereador Sérgio Mano, para fazer uma breve explicação sobre este assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, E 5 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DO CENTRO DE NEGÓCIOS, QUE PASSARÁ A DESIGNAR-SE POR REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DA START ESPOSENDE, NOS PRECISOS

TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.-----

Apresentou declaração de voto o Grupo Político do PS.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Nós começamos por remeter para a declaração de voto apresentada sobre este assunto já, quando isto veio à Assembleia no anterior mandado.

O assunto Centro de Negócios, é uma das maiores indecências políticas na história do município de Esposende.

O presente Regulamento, é um atentado à língua portuguesa, envergonhando quem o aprovou. A nossa posição é conhecida, e portanto, remetemos para aquilo que já tínhamos declarado no anterior mandato sobre a mesma matéria.”-----

02.09 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS MINUTAS DOS CONTRATOS DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E O/A DIRETOR/A DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ANTÓNIO CORREIA DA OLIVEIRA E AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ANTÓNIO RODRIGUES SAMPAIO E SUBDIRETOR DA ESCOLA SECUNDÁRIA HENRIQUE MEDINA, NOS TERMOS DA ALÍNEA K), DO Nº 1 DO ARTIGO 25º, DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 09 de junho de 2022, foram presentes na sessão, para aprovação, Minutas dos Contratos de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Esposende e o/a Diretor/a do Agrupamento de Escolas António Correia da Oliveira e Agrupamento de Escolas António Rodrigues Sampaio e Subdiretor da Escola Secundária Henrique Medina, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, o Senhor Presidente da Câmara passou a palavra à Senhora Vice-Presidente que tem esta área funcional, tendo a mesma feito uma explicação sucinta, sobre esta matéria.-----

Colocado o assunto a votação:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 28 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, E 1 ABSTENÇÃO DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR AS MINUTAS DOS CONTRATOS DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E O/A DIRETOR/A DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ANTÓNIO CORREIA DA OLIVEIRA E AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ANTÓNIO RODRIGUES SAMPAIO E SUBDIRETOR DA ESCOLA SECUNDÁRIA HENRIQUE MEDINA.-----

02.10 - PARA CONHECIMENTO:

02.10.01 – PEDIDOS DE ISENÇÃO E DE RATIFICAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXAS, AO ABRIGO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS APROVADAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015.-----

02.10.02 – APOIOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal, foram presentes na sessão, para conhecimento, Pedidos de Isenção e de Ratificação de Isenção de Taxas, ao abrigo das medidas preventivas aprovadas pela Assembleia Municipal em 30 de novembro de 2015 e os Apoios concedidos às Juntas de Freguesia no último semestre, desde a última sessão de dezembro de 2021, nos termos do artigo 13º do Regulamento das Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

03 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, não se tendo verificado nenhuma inscrição.-----

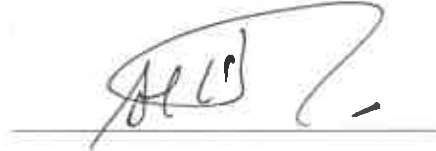
---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por maioria, com 25 votos a favor dos deputados do grupo político do PPD/PSD, e de todos os presidentes de junta de freguesia e das uniões de freguesias, dos deputados do grupo político do CDS-PP e do deputado do CHEGA, e 4 votos contra dos deputados do grupo político do PS, para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos contra, porquanto o assunto aprovação da ata da sessão anterior, o que é referido, não corresponde à realidade. O assunto não foi aprovado por unanimidade, o PS votou contra e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal proibiu o PS de votar, e de contabilizar os votos contra a ata, dizendo que nós tínhamos abandonado a sessão, e que não tínhamos estado presentes na sessão, quando se olharmos para a ata, começa por dizer que nós estávamos presentes, e até referem intervenções minhas, imaginem só que eu não estava presente e intervinha e consta da ata que eu estava.”-----

---Sendo 23 horas e 10 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



A Segunda Secretária,

